



Reunião de 19/04/2024

ATA N.º 08/2024

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS REALIZADA
EM DEZANOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E
VINTE E QUATRO**

---- Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas nove horas e trinta minutos, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião extraordinária, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, estando presentes no Salão Nobre, o referido Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Fernando António Pais Silvério, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Aires Manuel Antunes dos Santos, Rui Pedro Silva Marques e Ricardo Manuel Salvador Borges. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 18 de abril de 2024, que apresentava os seguintes saldos: Total de disponibilidades da Câmara Municipal: 3.023.064,33 euros (três milhões vinte e três mil sessenta e quatro euros e trinta e três cêntimos); - De operações orçamentais: 2.594.782,85 euros (dois milhões quinhentos e noventa e quatro mil setecentos e oitenta e dois euros e oitenta e cinco cêntimos); - De operações não orçamentais: 428.281,48 euros (quatrocentos e vinte oito mil duzentos e oitenta e um euros e quarenta e oito cêntimos). -----

1 – OBRAS PÚBLICAS

1.1.TOMADA DE POSSE ADMINISTRATIVA DA OBRA DE “REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL, EM NELAS E ESPAÇO ENVOLVENTE”, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 404.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente uma Proposta de Deliberação do Senhor Presidente da Câmara, datada de 15 de abril de 2024, que a seguir se transcreve: -----

---- “PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO -----

---- Tomada de posse administrativa da obra de “Requalificação do Mercado Municipal, em Nelas e Espaço Envolverte”, nos termos do n.º 3 do artigo 404.º do Código dos Contratos Públicos. -----

---- Considerando: -----

---- I. Que em 14 de maio de 2021 foi celebrado o contrato de empreitada relativo à obra de “Requalificação do Mercado Municipal, em Nelas e Espaço Envolverte” com a empresa “CERTIFICOIMBRA – Engenharia, Construção e Certificação Energética, Unipessoal, Lda.”, cujo prazo de execução era de 365 dias; -----

---- II. Os sucessivos desvios nos prazos de execução da obra do Mercado Municipal de Nelas; -----

---- III. Que esse facto está a lesar o Município, uma vez que se trata de uma obra financiada no âmbito do Centro 2020 (CENTRO-07-2316-FEDER-000284); -----

---- IV. Que, em 8 de abril de 2022, na sequência da reunião realizada nessa mesma data, o Município procedeu ao envio do ofício n.º 2610, que continha os pontos consensualizados na

dita reunião, sendo que, nessa mesma data a empresa respondeu aceitando, nomeadamente, o estabelecido no ponto iv, referente à fatura dos trabalhos complementares n.ºs 2, 3 e 4, que foi comunicada à Inspeção-Geral de Finanças no âmbito do pedido de sindicância (vide Docs. 1 e 2); -----

---- V. Que, em 21 de abril de 2022, o Município enviou o ofício n.º 2676, de 21/04/2022, em resposta ao e-mail da empresa datado de 08/04/2022, sempre na tentativa da obtenção de um acordo (vide Doc. 3); -----

---- VI. Que, na sequência das várias reuniões realizadas, em 17 de agosto de 2023 foi formalizada, por parte do Município, uma proposta de acordo referente ao Mercado Municipal (vide Doc. 4); -----

---- I. Que, em reunião ocorrida em 6 de setembro de 2023, o sócio-gerente da “Certificoimbra”, se recusou a receber a fatura n.º FT2023/28, no valor de 39.921.07€; -----

---- II. As diversas tentativas de acordo extrajudicial que o Município tentou obter junto da empresa “CERTIFICOIMBRA – Engenharia, Construção e Certificação Energética, Unipessoal, Lda.”, relativas às faturas que são objeto da ação administrativa que deu origem ao Processo n.º 520/23.9BEVIS, cujo Autor é a referida empresa; -----

---- III. Que, no âmbito da referida ação, a “Certificoimbra” solicitou, nomeadamente, a resolução do contrato celebrado entre o Município e a empresa referente à obra de “Requalificação do Mercado Municipal, em Nelas e Espaço Envolvente”; -----

---- I. Que, além do Processo n.º 520/23.9BEVIS, encontra-se já pendente o Procedimento de Injunção n.º 84950/23.4YIPRT, junto do Balcão Nacional de Injunções, com Oposição deduzida pelo Município e distribuído no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu (Processo n.º 519/23.5BEVIS); -----

---- II. Que a empreitada de “Requalificação do Mercado Municipal, em Nelas e Espaço Envolvente” não tem qualquer evolução desde o dia 22 de dezembro de 2022, e não tendo sido submetido qualquer pedido de prorrogação de prazo para conclusão da mesma, em 3 de outubro de 2023 (ofício n.º 7524 – Doc. 5) a empresa adjudicatária foi notificada para, no prazo máximo de 10 (dez) dias, formalizar o respetivo pedido de prorrogação de prazo, tendo sido ressaltado que a obra deveria estar concluída até ao dia 30 de novembro de 2023; -----

---- III. Que não foi apresentado qualquer pedido de prorrogação de prazo, nem enviado um plano de trabalhos modificado; -----

---- IV. Que esta situação não se pode arrastar por mais tempo, pois coloca em causa o interesse público e todo o investimento já feito na obra; -----

---- V. Que esta situação impede a abertura do mercado e a utilização para o fim a que se destina; -----

---- VI. Os princípios gerais que regem a atividade administrativa, nomeadamente o princípio da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, nos termos do qual “Compete aos órgãos da Administração Pública prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos”; -----

---- VII. Que nos termos do n.º 3 do artigo 404.º do Código dos Contratos Públicos “Caso se verifiquem novos desvios, seja relativamente ao plano de trabalhos modificado pelo empreiteiro ou ao plano de trabalhos notificado pelo dono da obra nos termos do disposto no número anterior, este pode tomar a posse administrativa da obra, bem como dos bens móveis e imóveis à mesma afetos, e executar a obra, diretamente ou por intermédio de terceiro, nos termos previstos nos n.os 2 a 4 do artigo 325.º, procedendo aos inventários, medições e avaliações necessários”; -----

---- VIII. Que, no caso vertente, a obra está parada desde o dia 22 de dezembro de 2022 e não foi apresentado qualquer pedido de prorrogação de prazo, nem enviado um plano de trabalhos modificado. -----

---- Propõe-se o seguinte: -----

---- Seja efetuada a tomada de posse administrativa da obra de “Requalificação do Mercado Municipal, em Nelas e Espaço Envolvente”, nos termos do n.º 3 do artigo 404.º do Código dos Contratos Públicos, para que o Município possa realizar as diligências necessárias à conclusão da obra.” -----



Reunião de 19/04/2024

---- O Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, cumprimentou todos os presentes. Cumprimentou, naturalmente, a Senhora Vice-Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, o Distinto Público e os Senhores Colaboradores do Município. Afirmou que, então, vão dar início à reunião de trabalhos desta reunião extraordinária de 19 de abril de 2024. De seguida, deu conhecimento da situação financeira da Autarquia, já referida no ponto anterior. De seguida, entrou na Ordem de Trabalhos com o Ponto um ponto um - Tomada de Posse Administrativa da obra de “Requalificação do Mercado Municipal, em Nelas e Espaço Envolvente”, nos termos do n.º 3, do artigo 404.º, do Código dos Contratos Públicos - Discussão e aprovação. Afirmou que, como eles foram falando aqui em reuniões de Câmara por causa também da questão do Mercado Municipal e perante o impasse e a necessidade, naturalmente, de encerrar o que é a candidatura do próprio empreendimento e, naturalmente, da disponibilidade do edifício para o fim a que se destina, ao usufruto e para desfrutar pela população e esgotados que foram no processo que está com os Senhores Vereadores, na documentação que foi enviada aos Senhores Vereadores, há aqui o histórico do procedimento que foi instituído desde o início com o Empreiteiro que, por razões diversas, está ligado à empreitada de dois Mercados, tanto o Mercado Municipal, como o Mercado de Canas de Senhorim. Como os Senhores Vereadores sabem, também há uma questão jurídica na questão do Mercado de Canas de Senhorim, embora o Dono de Obra seja a Junta de Freguesia e não seja a Câmara Municipal, embora eles tenham deliberado em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, um apoio para a conclusão do próprio Mercado Municipal e do que era a intervenção no Mercado Municipal de Canas de Senhorim e o que estava na candidatura resultou no que resultou. Mas, pronto, do que lhes concerne a eles, o procedimento foi feito sempre em articulação, ele, Senhor Presidente, diria que, das empreitadas todas que houve, provavelmente, esta foi a que, em termos de execução financeira e do que eram os Autos apresentados pelo Empreiteiro, foi onde o Executivo teve uma execução maior e uma resposta maior no sentido da resolução e da conclusão da obra do Mercado Municipal de Nelas. Como vem aí nas Propostas de Deliberação e os passos todos foram seguidos, houve reuniões diversas no acompanhamento e nada fazia crer, em abono da verdade e sem ingenuidade nenhuma, que pudesse resultar como foi, uma vez que, se fosse uma empreitada onde houvesse alguma imparidade, ou, dito de outra forma, alguma questão nos pagamentos que pudesse estar a obstaculizar a prossecução do empreendimento, ainda poderia ser, minimamente, plausível. Mas, não é o caso e os documentos refletem, precisamente, isso tudo. E, inclusivé, depois o Empreiteiro, o Executivo também não se colocou de parte e quis resolver, simultaneamente, as duas questões no mesmo território. E foram feitas reuniões, até bipartidas, com a Junta de Freguesia, para o caso concreto do Mercado de Canas de Senhorim, para apoiar na resolução do assunto que estava pendente e com o Município no que concerne ao Mercado Municipal de Nelas. Houve, inclusivé e faz parte da documentação, trocas de correspondências para se conseguir fazer um Protocolo, para ficar evidenciado, conforme o Empreiteiro também, assim, o entendia todas as questões. O Executivo fê-lo. Fez a reunião. No dia em que estavam na reunião para celebrar os Protocolos e regularizar tudo o que estava instituído em termos de Protocolos, o Representante da empresa “CERTIFICOIMBRA – Engenharia, Construção e Certificação Energética, Unipessoal, Lda.” mudou de opinião e mais tarde o Executivo ficou a saber, inclusivé, que numa data anterior até à própria realização e a esta questão dos Protocolos, tinha entrado uma Injunção da própria empresa “CERTIFICOIMBRA – Engenharia, Construção e Certificação Energética, Unipessoal, Lda. O que o Executivo tem aqui é duas questões que são importantes resolver. Obviamente que houve a tentativa de se resolver as questões como devem ser resolvidas por princípio. Mas

não foi esse o entendimento da empresa e neste momento o Executivo tem somente duas soluções. Tiveram uma, não é que seja, mas tem uma certa similitude com o que decorre dos assuntos com a Companhia das Águas Medicinais das Caldas da Felgueira no estrito sentido em que houve um momento claro para dialogar, que ainda não está esgotado, porque depois desta notificação, obviamente, haverá uma resposta da empresa. E há abertura da parte do Município para uma resolução a contento e que, evite, naturalmente, a questão judicial, que não é boa para nenhuma das partes. Mas, naturalmente, que, perante o impasse criado e tendo necessidade de encerrarem o procedimento e o processo relativo à candidatura de que resultou também a edificação, ou a requalificação do Mercado Municipal, há essa necessidade de fazerem este processo que o Executivo agora intentou da Tomada de Posse Administrativa no sentido de regularizarem a situação. Obviamente que, após haver, como ele, Senhor Presidente, disse, vai haver, naturalmente, uma resposta a esta comunicação do Executivo feita à Entidade, ao Empreiteiro. E, naturalmente, a resposta, pronto, poderá ser diversa, como é óbvio. Poderá haver uma resposta no sentido de haver uma convergência e um consenso, ou não. E, inclusivé, manter a questão judicial. Portanto, está isto tudo em aberto. Obviamente que o Executivo tinha que fazer isto porque tem que ser resolvida a questão do Mercado Municipal. Naturalmente que os Senhores Vereadores leram os pontos todos elencados na Proposta de Deliberação e que acompanha o procedimento. Deixaria aí só o enfatizar as tentativas de acordo extrajudicial que o Executivo tentou obter junto da empresa. Dizer ainda que também, naturalmente, um ponto que estava aqui muito focado é uma fatura alusiva a uns Trabalhos Complementares que, na altura, não tinham procedimento. Mas, independentemente disso, o Executivo tinha o acordo para conseguir concretizar esta linha de chegar a bom porto em termos do que seria concluir o Mercado Municipal. Mas, pronto, chegando a este ponto, naturalmente, e como eles foram falando aqui em reunião de Câmara que iriam fazer esta comunicação da Tomada de Posse Administrativa da obra de “Requalificação do Mercado Municipal, em Nelas e do Espaço Envolvente”, devidamente, naturalmente, este intento de realizar este procedimento com a empresa e com o Empreiteiro, está, naturalmente, sopesado no que é a avaliação jurídica também e das Obras Públicas, da Responsável das Obras Públicas do Município, naturalmente e do Executivo. Mas também sopesado no que é o Aconselhamento Jurídico que, naturalmente, julga e o Executivo tem essa ideia que assiste a razão ao próprio. Pronto, posto isto, se algum dos Senhores Vereadores quiser fazer alguma intervenção sobre esta questão, que esteja à vontade. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos cumprimentou o Senhor Presidente, os Caros Colegas, os Senhores Funcionários, o Senhor João Rego e o Público. Afirmou que queria só também juntar, portanto, à explicação do Senhor Presidente e à intenção da Câmara, dois pequenos pontos. O primeiro é que, portanto, isto não é uma situação agradável para a Autarquia. Primeiro que tudo, isto melindra-se um pouco porque todas estas situações, o que é que acontece? Onde é que vão depois desaguar? É arrastar, muitas vezes, no tempo, coisas que são fundamentais, como era o Mercado, que era uma estrutura fundamental. E isto pode trazer também atrasos. No entanto, também queria perguntar ao Senhor Presidente também saber se passa mesmo por isso, porque a gente, quando chega muitas vezes a estes pontos, quer dizer que se esgotou a capacidade negocial. Quando a gente vai para Tribunal é porque as partes não se entendem. E quando se metem em Tribunal, o Juiz depois ainda diz assim: Vocês querem resolver o problema cá fora? Ou vamos para a sala? Portanto, todo esse espaço temporal, ele, Vereador Aires Santos, gostava de saber, portanto, se aqui esgotou-se já, portanto, essa capacidade de dialogar e chegar, portanto, a uma solução porque existe um problema e quando existe um problema tem que haver uma solução e tem que ser de encontro às ambições de uns e de outros, claro. Depois, também um alerta: É, se depois do Executivo tomar esta decisão, esta atitude não vai criar, por exemplo, um impasse porque eles também podem contestar a pretensão do Executivo. Portanto, o Executivo, ao tomar esta atitude, se eles contestarem, quer dizer, se estávamos na estaca zero, ele, Vereador Aires Santos, acha que ainda passam para menos um, ou menos dois. Portanto, ele não sabe. Queria que o Senhor Presidente também tomasse em consideração estes pequenos alertas. -----



Reunião de 19/04/2024

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Aires Santos. Deu a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Borges. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges cumprimentou e agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou os Estimados Colegas Vereadores, os Senhores Funcionários do Município e o Estimado Público. Afirmou que tinha aqui algumas questões relativamente a este processo, nomeadamente, questionar o que é que, efetivamente, foi pago a esta empresa no âmbito desta empreitada. A segunda questão é se já houve algum tipo de ressarcimento. Crê que isto estava no PARU. Era uma obra de cerca de 460.000,00 euros, custo total elegível de 525.000,00 euros, comparticipada pelo Fundo FEDER de 85%. É para saber, questionar aqui o Senhor Presidente como é que está aqui a nível de ressarcimento por parte da União Europeia. Outra questão é saber, pronto, não sabe, não, relativamente ao Projeto, esteve a analisar e estava prevista a parte da Incubadora, uma míni Incubadora de empresas na parte superior. Se isso, com esta Posse Administrativa, se essa parte já está finalizada, ou iniciada. Porque crê que da última vez que ele, Vereador Ricardo Borges, lá esteve, não estava muito avançada essa parte. Qual o montante pago? Já questionou. O valor em falta? O que está em pagamento? E o valor da fatura em sindicância? Qual é que é o motivo, porque não vem explícito na documentação, o porquê da sindicância e qual é o motivo? Porque não está, crê que não está muito explícito na documentação. E também queria questionar porque é que a última comunicação oficiosa, por parte da Câmara, foi no dia 3 de outubro de 2023, se não houve qualquer, questionar se houve algum tipo de comunicação à posteriori, mesmo que não seja oficial? Porque, como o Colega Aires disse, às vezes se vamos só de forma oficiosa, às vezes as coisas não se resolvem. Se houve algum tipo de diligência? Algum tipo de negociação em off? Mas, o facto, é que desde o dia 3 de outubro não há nenhuma comunicação oficial e já estamos em abril de 2024. Pronto. Era só. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Ricardo Borges. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou o Senhor Presidente, a restante Mesa, os Senhores Funcionários da Autarquia e o Estimado Público. Afirmou que só umas breves palavras quanto a este assunto. Naturalmente e parte do pressuposto que todos eles têm esse sentimento, é lamentar esta situação, lamentar que esta situação tenha chegado a estes termos. O facto é que, ao longo deste mandato, eles têm vindo a alertar para algumas situações no Mercado Municipal. Têm questionado várias vezes e as respostas não têm sido muito abundantes. Ele, Vereador Fernando Silvério, não se recorda, não se recorda, nem sabe como é que isso se faz. Tem que reconhecer. Não se recorda, no anterior mandato e foram feitos alguns investimentos, algumas obras, de algum dia terem chegado ao ponto de tomar Posse Administrativa de qualquer investimento, de qualquer candidatura. Não se recorda. O Senhor Presidente diz aqui que tinham que fazer isto. Ele, Vereador Fernando Silvério, não sabe se tinham que fazer isto, ou não. Não sabe, porque, como lhe disse várias vezes, questionou esta Câmara relativamente a este assunto e as respostas foram sempre muito vagas, quer relativamente ao Mercado, quer relativamente a outras questões. E, ele, Vereador Fernando Silvério, lamenta que tenham chegado a isto. Isto também denota que, de alguma forma, a Câmara não foi capaz de resolver esta situação. Não foi capaz. E chegam ao ponto, agora, de tomarem e encetarem uma ação para tomarem Posse Administrativa que, se a finalização da obra já estava atrasada, vão agora aqui entrar num novo processo, numa nova fase que, naturalmente, imagina ele, que o Empreiteiro vai apresentar contestação e terão aqui, imagina

ele, um processo, imagina ele, longo, em que as pessoas, em que os Municipais vão ficar privados daquela infraestrutura. Imagina ele. E, naturalmente, isso é de lamentar, é de lamentar, que mais uma vez, não sabe se tinham que fazer isto, como disse o Senhor Presidente. Não sabe se tinham que fazer isto. O que é facto é que, ao fazerem isto e admite que sim, vão entrar num novo processo em que todos eles já sabem a história do Mercado Municipal, tudo aquilo que se passou, as questões que eles foram colocando e os reparos e as considerações que foram tecendo ao longo deste mandato e aquilo que o Senhor Presidente ia respondendo, ou não respondendo. E chegam agora aqui confrontados com uma Ação para tomar Posse Administrativa desta obra, digamos assim, coisa que no passado, que ele, Vereador Fernando Silvério, se lembre, no anterior Executivo nunca aconteceu. De alguma forma, sempre foi possível dialogar e chegar a situações de compromisso. E, naturalmente, lamentar que tenham que enveredar por este caminho. E o facto é que, mais uma vez, os Municipais estão privados de uma infraestrutura emblemática e importante para o Município. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

--- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Afirmou que ele diria só, a talhe de foice, mais duas questões, não invalidando que algum dos Senhores Vereadores se queira pronunciar também sobre o assunto. Mas a ele, Senhor Presidente, parece-lhe clara uma questão. Ele julga que, independentemente, do que é as nossas diferenças políticas, naturais, que possam existir, no caso concreto, ele, se calhar, por alguma ideia que possa não ser percebida pelas outras pessoas, mas não se considera, particularmente, um conflituoso no sentido de não tentar arranjar soluções. Às vezes, até pelo contrário, no sentido inverso. Ele, Senhor Presidente, julga que há momentos para tudo para fazer as coisas. Durante o procedimento todo que foi feito e eles foram falando sobre isso, também aqui nas reuniões de Câmara, mas, naturalmente, com as reuniões todas que foram feitas, houve, ao longo do procedimento todo, reuniões diversas, renhidas, no acompanhamento da empreitada com o Empreiteiro no sentido de tudo o que era necessário fazer para a obra ser concluída fosse feito. E vai responder, por exemplo, ao que também solicitou informação o Senhor Vereador Ricardo Borges, que tem a ver com a questão do valor do pagamento feito, isto está evidenciado e é na ordem dos 95%. O remanescente tem a ver com a parte não concluída da obra, que o Executivo tem necessidade de a fazer, em particular na parte energética, do que sobeja e na parte do que estava destinada, digamos assim, para a mini Incubadora de empresas, do piso de cima, do piso superior. Tem uma parte em que é feita a intervenção. Não está concluída. E, portanto, ele, Senhor Presidente, mantém, rigorosamente, as mesmas coisas. E Executivo, por exemplo, se tivesse uma empreitada, ou outras empreitadas, onde o grau do pagamento, digamos assim, da própria empreitada, não fosse com este valor, mas o valor assumido, com esta empreitada em particular, o Executivo andou sempre a acompanhar e a fazer, que o deixem dizer isto desta maneira, que não pode ser de outra, também não se preocupa com isso, a fazer tudo o que o Empreiteiro lhes pedia. Rigorosamente, não há uma única, aliás, se os Senhores Vereadores virem mesmo a troca de e-mails, que é factual, vêm que houve sempre a tentativa do Executivo disso. Era preciso isto, uma alteração aqui, era preciso fazer uma alteração aqui. Isto já não ficava tão bem. O Executivo fez tudo o que lhe foi pedido dentro daquilo que também achava, naturalmente, que podia ser feito. E isso foi sempre acompanhado, mesmo com as correções que o Empreiteiro julgava fazer sentido e que o Executivo também concordava com elas. Portanto, o pagamento dos Autos, o pagamento de tudo que era apresentado, ele, Senhor Presidente, julga que dessa parte, outros há, eventualmente, que, se calhar, a concretização não foi tão efetiva em termos do que foi o pagamento. Agora, neste, em concreto, isso não se verifica de forma alguma. Mesmo aquilo que eles foram falando, o resolver, ou não resolver, a situação: Isto é como tudo na vida. Há momentos para tudo. Obviamente que o Executivo podia não fazer isto. Isso, estaria no limbo. Obviamente que ninguém quer fazer uma Tomada de Posse Administrativa de qualquer que seja. Ele, Senhor Presidente, não gosta disso. Ninguém quer. Não é o desejável. Mas, neste momento, têm um processo jurídico que não viabiliza a conclusão do empreendimento. O sentimento é generalizado. Toda a gente quer. O Executivo quer concluí-lo porque é fruto de uma



Reunião de 19/04/2024

candidatura. Há medida do que o Executivo foi submetendo, no Auto de Candidaturas, naturalmente, teve o ressarcimento da parte do que é o apoio a parte estrutural da candidatura. Mas, à medida que o Executivo foi fazendo isso, chegou depois a um ponto onde se misturaram coisas que não tinham a ver com isto, mas o Empreiteiro é o mesmo. Onde o Empreiteiro depois começou a querer resolver uma outra questão, que não era a Câmara o Dono da Obra da questão, que era o mesmo Empreiteiro, mas que a Câmara não se pôs de parte para ajudar a viabilizar, digamos assim, algumas questões que são da lavra do próprio Empreiteiro no Mercado de Canas de Senhorim, numa intervenção que não estava consignada em projeto, do financiamento do Projeto da ADD. E, no que concerne ao próprio desenvolvimento, ele, Empreiteiro, invocando e ele, Senhor Presidente, nem isso, os Trabalhos Complementares que estão em sindicância são 60.199,00 euros, dirigindo-se ao Senhor Vereador Ricardo Borges, que têm a ver com a ausência de Cabimento desse procedimento para esses Trabalhos Complementares. Mas, independentemente disso, ele, Senhor Presidente, nem vai por aí. Isto estava pacificado. Mesmo esta parte dos Trabalhos Complementares, que estava na sindicância, havia um entendimento com o próprio Empreiteiro que essa situação iria ser resolvida numa fase posterior com entendimento. E o Executivo disponibilizou-se, inclusivé, a fazer isso depois. E ele aceitou. E puseram isso, inclusivé, no papel, no Protocolo. Disponibilizaram-se a isso. O Executivo fez tudo para desbloquear tudo. Fez o apoio para o Mercado de Canas de Senhorim, sendo Dono de Obra a Junta de Freguesia e o Executivo aprovou isso aqui e bem, para resolver a situação. Reuniram no sentido de que, independentemente, da intervenção não estar enquadrada no Projeto, ser contemplado na mesma o pagamento da empreitada como complemento da intervenção do Mercado de Canas de Senhorim. E foi eles que aprovaram aqui, eles todos e depois em Assembleia Municipal e bem. No Mercado Municipal de Nelas tudo o que foi pedido ao Executivo também. Foi pedido ao Executivo, inclusivé, que fossem regularizadas todas as questões e o Executivo fez isso. Quando, no dia em que reuniram aqui para assinar o Protocolo, que foram trocados os e-mails que estão aí e que foram remetidos por eles e que o Executivo pôs lá a única coisa, que foi a ata da resolução das coisas, naturalmente, para haver isso e quando fizeram a reunião, que já estava agendada anteriormente, já tinha sido interposta a Ação Judicial. Andaram a trocar e-mails e o Protocolo com essa situação. E isto é factual. Tem datas. Tem datas cronológicas. Portanto, como é que nós resolvemos uma situação com consenso, a bem? Para isso temos que ter as partes interessadas. Para nós resolvermos uma questão que nos separa, pode não ser resolvida. Nem sempre é resolvida. Tudo bem. Mas tem que haver vontade das duas partes. No dia em que eles fizeram aqui a reunião para assinarem Protocolos em que, inclusivé, para viabilizar a questão que estava na sindicância, que eles falavam e da questão do Mercado de Canas de Senhorim, deixar tudo no papel, assinado e tudo, num Protocolo que foi remetido ao Executivo por eles, no que eles foram falando e que está aqui no processo todo. Nesse mesmo dia da reunião tinham tudo preparado para assinar o Protocolo, o Senhor Representante da empresa diz que afinal não vai ser possível assinar o Protocolo. O Executivo, naturalmente, insistiu e quando ele, Senhor Presidente, diz insistiu, insistiu com a redundância, insistentemente. Mas não foi possível. E, depois, mais tarde, pronto, o Executivo teve a comunicação de que sido feita uma Participação Jurídica, uma Injunção, sobre isto, anterior à reunião e ao Protocolo. Agora, é assim: Independentemente das considerações que façam, é, da parte da Câmara, da parte do Município, foi feito tudo. Ele, Senhor Presidente, diria: Foi feito mais do que tudo o que poderia ser feito no sentido da resolução. Agora, é assim: Ele, Senhor Presidente, até poderia admitir, obviamente, que o Executivo, seja por responsabilidade do Executivo, seja por inflexibilidade, por exemplo, em

atender ao que o Empreiteiro lhe solicitava de aspetos em que ele achava que era necessário fazer ali uma alteração, não uma alteração, mas uma melhoria no que era o empreendimento, teve sempre atendimento da parte do Executivo. Se tivesse havido da parte do Executivo, ele, Senhor Presidente, não diria má vontade, não é a expressão, mas se tivesse havido, da parte do Executivo, não recetividade para ir resolvendo isso, ele, Senhor Presidente, até daria como garantido que a Autarquia foi inflexível também e, portanto, chegou-se aqui a um ponto de não retorno. Mas não foi o caso. Nesta empreitada, garante aos Senhores Vereadores por tudo, que a Autarquia esteve sempre do lado da resolução do problema. A Autarquia fez tudo. O Empreiteiro, não há uma única coisa que tenha pedido que a Autarquia lhe tenha dito que não, dentro, naturalmente, do que é razoável. Também, às vezes, havia coisas que solicitava que não fazia sentido e eram com outros materiais. E os Serviços que fizeram o acompanhamento, o Serviço de Obras, portanto, do acompanhamento da obra e dos Serviços, como os Senhores Vereadores sabem e entendiam também que não, como é óbvio, coa uma pessoa competentíssima, com experiência, como os Senhores Vereadores sabem também. E que o Executivo achava que tinham e têm toda a razão nesse sentido. E portanto, nunca houve da parte do Executivo, às vezes há, da parte do Executivo, noutros empreendimentos, uma posição mais firme, se calhar, noutros empreendimentos, mais inflexível. Não foi o caso. Aqui a consciência tranquilíssima, o Executivo fez tudo, o que para o Executivo é estranho, mas, é o que é, é a vida, foi que o Executivo anda a construir um Protocolo, andaram em não sabe quantas reuniões e negociações e quando o Executivo se prepara para assinar o Protocolo a contento dos dois e acordado pelos dois, há uma inflexão da parte do Empreiteiro a dizer que não assina o Protocolo e que mudou de opinião e que já não fazia sentido e que já não queria assinar o Protocolo, já com a Injunção, entretanto, feita. Portanto, é assim: Isto é uma questão, para resolverem um problema têm que estar todos de boa-fé para o resolver. Eles não podem estar a negociar uma situação que seja, por exemplo, transversal ao Município, do Executivo com a Vereação do Partido Socialista, da Oposição, quando uma das partes, seja a da Oposição, seja a do Executivo, não interessa, não quer, logo à partida. Portanto, independentemente, de terem que fazer este processo, já está pré-definida a situação e com uma Ação, estão a negociar e entretanto, já fez uma Injunção Judicial. Portanto, para haver interesse em resolver os problemas tem que ser o interesse das duas partes. Da parte do Executivo houve sempre. O Executivo, nesta altura, muito sinceramente, o que é que poderia fazer mais? Depois disto, de outubro, o Executivo tentou, naturalmente, chegar a acordo? Sim, mas não houve feedback, nem retorno, da outra parte. O que ele, Senhor Presidente, disse na altura, é assim: Mesmo este procedimento não invalida que não haja um acordo. O que o Executivo está a fazer é o seguinte: Perante a saída do Empreiteiro e de se recusar a reunir com a Autarquia, de não assinar um Protocolo, que foi até solicitado pelo próprio Empreiteiro, com a anuência da Câmara Municipal e perante uma Injunção, o que é que o Executivo pode, em abono da verdade, fazer? Pode, perante uma Injunção, o Executivo tem que atuar. E o atuar, não há outra forma de fazer isso. O que não quer dizer que se tenha esgotado tudo que possa ser feito em termos negocial, que pode ser feito. Aliás, o Executivo sabe, desde os procedimentos da sindicância de 2013, muitos deles, alguns deles, digamos assim, já foram sendo resolvidos com Acórdãos também. O que é natural. O que acontecerá, seguramente com o que está na sindicância de 2023, quando houver a Pronúncia da IGF, obviamente. Mas, será o caminho natural. E é isso que tem que ser feito. E, aqui, em particular, também, com o que está. Está parado o Mercado Municipal. Eles todos querem que o Mercado Municipal esteja disponível para o efeito a que foi a requalificação feita. Há uma Injunção, a Autarquia o que é que tem que fazer? É responder a essa Injunção, fazendo uma comunicação de Tomada de Posse Administrativa da obra que, claramente, depois tem um outro procedimento. E é, rigorosamente, com uma similitude com essas imparidades que vêm de 2013 e as que estão evidenciadas em 2021. E haverá um tempo para a resposta, eventualmente, que posam chegar aqui a Acordo. Se os Senhores Vereadores perguntarem: Qual é a parte mais desejável para ele, Senhor Presidente? Claramente o Acordo e nem sequer andar a arrastar os processos judiciais e a perder tempo e a ter um equipamento parado por causa disso. Agora, objetivamente, a situação é que o edifício não vai ser concluído na



Reunião de 19/04/2024

situação em que está porque o Empreiteiro se recusou. Denunciou o contrato. E fez uma Injunção sobre a empreitada que tem. O que é que eles vão fazer? Ignoram e fazem uma contratação de um outro empreiteiro para concluir? Não. Há uma Ação Judicial. Há uma denúncia relativamente ao que era o contrato. E, naturalmente, que o Executivo tem que acionar este procedimento que pode ter, de facto, muitos desenlaces. O desenlace pode, inclusivé, ser chegarem aqui a um consenso. E da parte da Autarquia, do Executivo, há toda a vontade e, seguramente, os Senhores Vereadores também. Quando, ele, Senhor Presidente, fala de Câmara, fala de Câmara no seu sentido lato, de chegarem a um Acordo. Mas também há em cima da Mesa a possibilidade de não haver um Acordo? Há. Mas não é responsabilidade da Câmara não haver esse Acordo? Todos os trâmites do procedimento está cá todo. Tudo foi feito para que isso acontecesse. Agora, o Executivo não pode, obviamente, influir no que é um pensamento e uma decisão, com uma volta de 180 graus do que era, do que estava encaminhado para uma assinatura de um Protocolo e uma consensualização que existia, agravada com a Injunção que foi feita. O que é que eles vão fazer agora? Têm, naturalmente, para defender os interesses do Município, de formalizar um procedimento que vise resolver a situação. Não há outro. Ou, aliás, o mais adequado é fazer este procedimento. É o aconselhamento jurídico e é o aconselhamento de quem tem responsabilidade daqui no Setor, Técnicos, que fizeram esse aconselhamento, em que o Executivo se revê. Isto não invalida que tenha que resultar num Contencioso Jurídico. Mas, naturalmente, que passará por várias, pode passar por várias soluções. Mas a do consenso está cá em cima da Mesa. A notificação, depois a resposta da empresa pode ser no sentido de tentar uma conciliação e da parte da Autarquia vai haver disponibilidade para isso. Pode não acontecer isso? Pode não acontecer isso. O que é que não pode acontecer? É o Executivo não fazer nada perante a situação que tem atualmente. E, se há questões onde o Executivo pode ter aqui e ficar na dúvida razoável no que é a discussão política, salutar e democrática, em muitas outras questões, em muitos outros empreendimentos, na atividade do Executivo que possa ser questionável e que possa ser apresentado com argumentos democráticos, naturais e que fazem parte do que é a atividade política e democrática, neste caso concreto tudo foi feito e tudo foi esgotado, ele, Senhor Presidente, diria, que tiveram, já disse isto, a redundância, de que o Executivo fez mais até o que seria o razoável para que este empreendimento estivesse disponível à população. Ele, Senhor Presidente, não acha que o Executivo esteja a voltar á estaca zero. O Executivo tem que resolver. Da mesma fora que nas Termas das Caldas da Felgueira, que os Senhores Vereadores desculpassem lá a analogia, foi necessário também que o Executivo avançasse nesta questão porque perante o impasse que o Executivo tinha não havia outra solução. Ninguém gosta disso. Ninguém gosta de andar em contenciosos jurídicos. Desgasta-nos. Arrasta as coisas nos tempos. Mas o que é certo é que, neste momento, a única coisa que o Executivo pode fazer, ou o que tem que fazer, acha que corrige e diz, o que o Executivo tem que fazer é instituir este procedimento e depois, naturalmente, aguardar e haver uma margem, naturalmente, de negociação para um entendimento. Mas para um entendimento ser realizado e concretizado tem que haver a mesma aceção das duas partes. Da parte do Executivo há. Espera que da outra parte também. Não sabe se os Senhores Vereadores Senhores querem intervir nalguma coisa, ou pôr à votação. Então, colocava à votação. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar que seja efetuada a tomada de posse administrativa da obra de “Requalificação do Mercado Municipal, em Nelas e Espaço Envolvente”, nos termos do n.º 3 do artigo 404.º do Código dos Contratos Públicos, para que

o Município possa realizar as diligências necessárias à conclusão da obra. -----
---- O Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Vereadores. -----

2 – CONTABILIDADE

2.1. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2023 E REMESSA DOS MESMOS AO TRIBUNAL DE CONTAS - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presentes os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2023. --
---- O Senhor Presidente afirmou que, no que concerne ao documento da Prestação de Contas e do envio da informação, gostaria de deixar aqui um apontamento sobre o que é a análise, naturalmente, que o Executivo faz e hoje estão aqui para falar das formas como o Executivo, naturalmente, o analisam. Mas, portanto, eles estão a falar de um ano de 2023 que é um ano que o Executivo também apresentou que se configurava com um ano, particularmente, difícil. E, tendo o ano, particularmente, difícil, com uma componente, em particular, que tinha a ver com o fecho do Quadro Comunitário do PT 2020. Como os Senhores Vereadores sabem, o Executivo, no que concerne aos investimentos de fim do Quadro, há a obrigatoriedade de assegurar a Execução Financeira até 31 de dezembro para depois o Executivo ter direito, digamos assim, às participações que estão a ser feitas agora desde janeiro do ano em curso e ainda não estão todas, naturalmente, estamos em abril, naturalmente, que todas as participações ainda não foram enviadas para o Município. Mas havia esta questão primordial e foi isso que foi a parte muito orientada do Executivo porque, naturalmente, teria que ser assegurado o fecho das candidaturas do PT 2020 através do assegurar do que era a participação financeira porque, de outra forma, não só o Executivo não teria acesso à participação, como, naturalmente, teria penalizações. Além de tudo, tem também a salientar uma inflação ímpar, não vista há muitos anos, que se registou e que se tem ainda patenteado, mas com particular enfoque no ano de 2023. E, como está evidenciado também, o grande acréscimo dos juros e dos encargos bancários, a realidade económica agravada com os custos de Pessoal no decorrer do ano, desde logo com os decorrentes das verbas para a remuneração dos Funcionários da Transferência de Competências na Área da Educação que o Executivo foi evidenciando e falando diversas vezes durante o ano, desde, inclusivé, desde o ano da Transferência de Competências na Área da Educação, desde 1 de abril de 2022, o Executivo foi evidenciando, através das contas e das rubricas, um hiato entre o que era o valor apurado para a remuneração dos Funcionários que passaram para os Quadros do Município no âmbito da Transferência de Competências e o valor que era transferido para o Executivo. Valor, aliás, com os Autarcas da Região e mesmo do Revisor Oficial de Contas, é uma situação que, de alguma forma é que encontra eco entre os Municípios também, decorrente de algum desacerto no que é a Transferência de Competências. Bem diferente é da Saúde, que é uma Transferência de Competências que ele, Senhor Presidente, reportaria de exemplar e bem conseguida, em particular, como eles já falaram aqui, da forma como foi conduzida pelo Senhor Dr. Eduardo Leal e a Câmara também fez o Manifesto da Aprovação do Senhor Dr. Eduardo Leal, na altura o Adjunto do Senhor Ministro da Saúde. Naturalmente que este valor, estão a falar, só em 2023, foram 440.000,00 euros, apurados pela Contabilidade e pelos Serviços Administrativos e Financeiros da Autarquia. E, naturalmente, que esta verba foi agravando e o Executivo foi sempre dito que era bastante condicionante. Eles não estão a falar de uma verba qualquer, 440.000,00 euros é uma verba muito grande. O Executivo, obviamente, fez comunicações de reporte à DGESTE e à DGAL. Foi reportado ao Executivo para análise. E o que é certo é que, até agora o Executivo não teve uma resposta cabal sobre isso, pese as insistências naturais de haver, até quanto mais não seja a DGAL a dizer que, eventualmente, o cálculo possa da parte do Executivo não ser bem este, ou ser um diferenciado. O que é certo é que há uma ausência. Mas, o Executivo, perante o valor das transferências e as rubricas que estão instituídas, tem a convicção pura que, de facto, há esta falta de atualização de verbas, muito semelhante também à Ação Social que os valores são valores referenciais não atualizados, não contemplando, por exemplo, as atualizações de



Reunião de 19/04/2024

vencimento, como neste caso também deste ano. E, também, inclusivé, a expressão por 14 meses e, por vezes, está lá o expresso de 12 meses também. Mas os contratos não são de 12 meses, são de 14. E, naturalmente, aqui, obviamente, que tem também impacto a carga muito grande dos custos energéticos, nomeadamente, com a eletricidade, com o gás, com as matérias-primas e com a manutenção natural dos edifícios e do Parque Automóvel. Estes valores referenciados estão, naturalmente, ligados ao que é um resultado negativo de 800.000,00 euros do Exercício do ano de 2023. O Executivo tem a profunda convicção de que os resultados dos Exercícios decorrem da forma que vai decorrendo o próprio ano. O facto, por exemplo, do Executivo não receber estes 440.000,00 euros, está a falar aqui de mais de metade do que é o resultado negativo. Mas o Executivo, naturalmente, não pode deixar de fazer o que é a prestação de remuneração aos Funcionários, independentemente da Transferência de Competências, ou da verba, da almofada financeira, não estar, devidamente, feita. Mas, obviamente, que o Executivo tem responsabilidades com os Encargos de Pessoal e com as remunerações decorrentes das novas competências municipais na Educação de 440.000,00 euros. Também, naturalmente, o aumento dos gastos com o Pessoal, fruto das atualizações salariais propostas pelo Governo e a consolidação das mobilidades que teve expressão grande em 2023 depois do hiato temporal que foi a consolidação, em setembro de 2022, mais expresso aí, naturalmente, previsto em Orçamento, mas com repercussão depois maior com as atualizações que o Governo faz e com uma transferência do FEF que ainda continua a ser inferior ao ano de 2021. Em abono da verdade, a correção já foi feita em 2024 e o FEF para 2024 tem um aumento significativo em relação aos FEF,s dos últimos 3 anos. E, isso foi um compromisso assumido, até em sede da Associação Nacional de Municípios por questões relacionadas, muitas com as Transferência de Competências, outra situação resolvida com a ADSE, que passou a ser feita de outra maneira e aliviou e de que maneira, a Tesouraria dos Municípios e com a necessidade dos rácios no que é o apoio ao Ensino Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo que o Município tem e que durante o ano letivo, há o Decreto-Lei que obriga, entre outras questões, ao Estado apoiar os alunos referenciados, por exemplo, nas Necessidades Educativas Especiais. Neste ano letivo apareceu uma quantidade significativa de alunos das Necessidades Educativas Especiais. Foi até criado, há um espaço no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim e foi criado, recentemente e já está em funcionamento neste ano letivo no Agrupamento de Escolas de Nelas, para dar apoio a estes alunos e com a Equipa da Promoção do Sucesso Educativo a funcionar, com Terapeutas da Fala e Psicólogos e Mediadores Sociais, no sentido também de dar uma resposta a isto, muito derivado também com alunos novos migrantes. E o que é uma obrigatoriedade que está instituída na Lei, as respostas da DGHESTE eram que não havia comparticipação, não havia consignação orçamental para esta proposta, o que obrigou o Município, perante esta questão, o Executivo podia não dar esta resposta, mas deu-a acrescidamente. E, naturalmente, que isto e tendo em atenção também a estabilidade, o que foi feito foi com os Prestadores que andavam 3 meses, 6 meses, ao consolida-los, naturalmente, tem outras repercussões no que é o impacto das Contas Públicas. A inflação, como eles falaram, teve valores perto dos 10% em valores referenciais inusitados. Tiveram também um enorme acréscimo de juros que no ano de 2023 teve um aumento, relativamente a 2022, de 150.000,00 euros e de 200.000,00 euros em relação a 2021. No fecho das candidaturas do PT 2020 e, naturalmente, que quem iniciou as candidaturas do PT 2020 foram os Executivos do Partido Socialista de 2013 a 2021. Mas, decorrente do que foi o ato eleitoral de 2021, fez, naturalmente, que este Executivo, ou outro Executivo faria, rigorosamente, o mesmo porque a conclusão, financeiramente e física das obras teria que ser concluída. E, portanto, era obrigatório e foi, nesta questão da resolução das

candidaturas do PT 2020 e da sua execução financeira, que também está muito do que é a execução do Orçamento de 2023. Desde a entrada em funções, foram mais 2 milhões de euros pagos, dos quais perto de 1 milhão de euros do Orçamento Municipal, que tem a ver com o acompanhamento de algumas obras, como, por exemplo, a Av.^a João XXIII, que tem um valor muito grande e foi feito com o Orçamento Municipal, sem recorrerem ao empréstimo, que era uma prática habitual em empreitadas desta natureza, até do outro, mas do valor que foi feito e do Mercado Municipal. Tanto o Mercado Municipal, com um valor de perto de 600.000,00 euros, quer a parte da Av.^a João XXIII, de mais de 800.000,00 euros do que é o Projeto, foi feito sem recorrerem a empréstimo. E, naturalmente, o Executivo teve que fechar, financeiramente, particularmente, esses dois, fechar a parte do acompanhamento do Mercado Municipal e já falaram nesse e na execução já no pagamento de 95% do que era a empreitada. E, na Av.^a João XXIII o pagamento teve que ser feito todo para o Executivo ter, naturalmente, que cumprir o que estava instituído e para não serem penalizados. Mas, particularmente, para o Executivo ter direito também à comparticipação que estava ela, devidamente, estipulada. E, portanto, neste mês de dezembro, para concretizarem este fecho das candidaturas, foram pagos perto de 1,1 milhão de euros, sendo que do esforço municipal rondou os 450.000,00 euros. Portanto, este esforço financeiro, no encerramento, condicionou, naturalmente, as disponibilidades de Tesouraria, no pagamento também de Fornecedores, que o Executivo tem uma dívida registada de 2,6 milhões de euros e que, naturalmente, decorreu do que o Executivo foi sempre elencando. Teve, como prioridade, no exercício de 2021 e, em particular, de 2022, regularizar muito do que era a dívida de Fornecedores. E, depois de o terem conseguido, este ano houve, naturalmente, a opção que havia com a Tesouraria de priorizar o encerramento do PT 2020 e, naturalmente, dessa forma, não ter sido feito o que era o procedimento que eles vinham registando, em termos de Executivo, do pagamento aos Fornecedores. E, portanto, daí a dívida que tem. Essa dívida, também, muita dela entrou na parte final. Dizer que, naturalmente, que esse valor, aos dias de hoje é inferior porque com as comparticipações, entretanto e com a Tesouraria, neste momento é inferior e vai ser evidenciado na próxima reunião de Assembleia Municipal. Releve-se, ainda, também de acordo com o Parecer dos ROC,s que, apesar destes constrangimentos, decorrentes do ano, em particular, que ele, Senhor Presidente, referenciou, registre-se o aspeto positivo no que concerne ao pagamento médio a Fornecedores, de 59 dias, como consta no Relatório dos Revisores Oficiais de Contas e que este resultado negativo destes 800.000,00 euros, não teve, no entanto, relevância significativa nos rácios económico-financeiros evidenciados até no documento de Prestação de Contas dos Revisores Oficiais de Contas. No essencial, ressalve-se a trajetória positiva e a melhoria da situação financeira da Autarquia que o Executivo encetou e que definiu como prioridade. Evidenciado nos rácios económicos e financeiros releve-se a maior solvabilidade, a liquidez e a autonomia financeira, evidenciado no Relatório, a diminuição da Despesa Corrente, bem como a melhoria do Património Ativo Total e a diminuição do endividamento. Registe-se ainda a redução de Aquisição de Bens e Serviços de 250.000,00 e um aumento dos Rendimentos em 7,74%. Os valores são referenciados até à décima porque são os valores que constam, não só dos documentos, mas em particular, dos Revisores Oficiais de Contas. No Passivo registou-se uma diminuição de, aproximadamente, 5% do Passivo não Corrente e uma redução de, aproximadamente, 27% do Passivo Corrente. O que faz com que o total do Passivo tenha verificado uma redução de, aproximadamente, 13%. Na execução das Receitas e das Despesas foi idêntico, 59%. A Despesa mantém a mesma execução dos anos anteriores. Em 2018 houve contratação de empréstimo e por isso houve um valor mais elevado, mas mantém a mesma execução. A execução da Receita foi inferior ao que vem sendo usual, fruto da não transferência da Administração Central também de 335.000,00 euros, evidenciada nas transferências da Administração Central e que constam no documento, além dos 440.000,00 euros da transferência de competências que não foi feito para a remuneração dos Funcionários, há uma transferência não efectuada da Administração Central evidenciada em 335.000,00 euros. E só estas duas somas destas duas não transferências feitas são superiores ao valor do resultado negativo de 2023. De igual modo, evidenciar a redução da Receita de IMI e IMT em perto de 123.000,00 euros. O ano de 2023,



Reunião de 19/04/2024

para além do encerramento do Quadro Comunitário que alocou grande parte do esforço financeiro da Autarquia, implicou também que, obviamente, houvesse esta questão importante de resolverem todas as questões decorrentes e obrigatórias do Quadro Comunitário de 2023. O que o Executivo tem também da situação financeira é que os dados evolutivos evidenciados nos rácios económicos ou financeiros pelo segundo ano consecutivo, bem como a reprogramação de investimentos para candidaturas mais vantajosas e com menos repercussão no endividamento da Autarquia continuam a ser o caminho para uma demorada mas firme sustentabilidade da situação financeira da Autarquia em relação à situação financeira que era apresentada em finais de 2021, quer da situação de Tesouraria e de Conta Corrente, quer em termos de endividamento. Perante a apresentação geral da Prestação de Contas de 2023 solicitou ao Senhor Vereador Artur Ferreira do acompanhamento da execução da Prestação de Contas a informação adicional, particularmente, nas componentes mais técnicas e de execução financeira do próprio documento. Deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, em complemento por aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente, só reforçar aqui dois, ou três pontos. Cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente também. Portanto, o Executivo tem aqui, como disse o Senhor Presidente, a situação financeira da Autarquia revela aqui uma situação de um valor negativo de cerca de 800.000,00 euros e daquilo que pode sobressair mais da questão do valor da dívida tem aumentado de 2022 para 2023. A situação já foi explicada a que é que se refere isso. Têm aqui umas Despesa Correntes que aumentaram cerca de 1.300.000,00 euros muito fruto dos aumentos com gastos com o Pessoal daquilo que foi dito pelo Senhor Presidente. E depois as obrigações também, que são fixas, de despesas com juros e com as despesas obrigatórias estruturais da Autarquia. Ainda assim, podem flectir e verificar que e isso também está evidenciado, principalmente, pelos ROC,s. O Relatório de Prestação de Contas é um Relatório que evidencia as Contas da Autarquia, juntamente com os ROC,s. Tem uma parte política que possa ser entendida assim pela parte da descrição inicial, da introdução. No entanto, quer os quadros de uns, quer os quadros de outros, não podem fugir àquilo que é a verdade da Autarquia. E o que lhe apraz registar também é a situação, apesar da situação que aconteceu em termos de Fornecedores, em termos de curto prazo e em termos do prejuízo, a situação da Autarquia em termos financeiros e orçamental continuar a evoluir favoravelmente em todos os rácios. Prova disso também é a situação do pagamento a Fornecedores que, como disse e bem, o Senhor Presidente, situa-se nos 59 dias, fruto daquilo que está nos documentos. Na verdade, no primeiro trimestre eram 170 dias, ou 180 dias, agora são 59 dias. Não é o Executivo que os inventa. São dados que são dos Auditores que o dizem. Se todos eles virem o que eles dizem, os ROC,s, se os Senhores Vereadores puserem isso em causa, que são dados que são dados pelos Serviços e por aquilo que está legalmente e nos documentos apresentados por parte, neste caso do SNC. Referir ainda que o esforço pensado no cumprimento das obrigações contratuais com as Instituições Financeiras, associado ao aumento das Despesas Correntes, anteriormente citadas pelo Senhor Presidente e sem o acompanhamento do respetivo reforço das transferências do Estado, também como disse o Senhor Presidente, leva-os a que este resultado tenha esse prejuízo. Ainda assim, por este Executivo ter esse resultado, nunca foi posto em causa o reforço a quem necessitava por parte da Autarquia, no apoio às Entidades e Coletividades do Concelho, que foi reforçado em cerca de 250.000,00 euros nestas Transferências Correntes. Depois, ainda dizer que, no que respeita aos gastos com o Pessoal, já foi referido aqui. Mas não se importa de mais reforçar que os Serviços Externos também houve um aumento de cerca de 930.000,00 euros fruto daquilo que é também a parte

do aumento da inflação e de alguns contratos que foram feitos no segundo semestre do ano de 2023, que tinham caducado, que tinham terminado e que as transferências correntes também neste caso aqui, como foi dito, não acompanharam o aumento dessa evolução negativa por parte das atualizações salariais. Por último, acha que era importante referir isso e como também já falou o Senhor Presidente, desde o início do ano com a entrada dos valores, fruto do financiamento, estão a desenvolver e a permitir que o Executivo volte a retomar a senda que vinha tendo em termos de curto prazo para que no final do ano os valores apontem para aquilo que estava feito no início de 2023. Dizer ainda que, para desmaterializar também a dívida, que é importante também referir essa situação: A questão da dívida a curto prazo tem aqui um valor que todos os anos trás, é verdade, mas que também, por vezes, não é explicado, que é a questão da dívida transitória de final de ano, muitas vezes, com Associações, com Coletividades, passam de um ano para o outro, no último dia do ano que são pagos e estão aqui. São os valores por Credores por Transferências e outros Devedores e Credores. Muito deste valor que o Executivo tem aqui está já regularizado durante logo no início do ano porque foi feito no final do ano, muitas vezes com cheque, outras vezes por transferências e não estavam evidenciadas a 31 de dezembro. Ainda assim, em termos de dívida, mesmo fruto do aumento da dívida a curto prazo, dos 2,4 milhões de euros para 3,2 milhões de euros, houve uma redução de dívida de 83.000,00 que seria, naturalmente, superior caso este valor tivesse sido tão inflacionado por parte daquilo que foi dito pelo Senhor Presidente, a opção do Executivo porque até era uma coisa que os vinham sempre a acusar se iam cumprir a parte financeira e a parte física das obras e neste momento, o Executivo tem essa, tinha e tem essa consciência tranquila que fez tudo e que está tudo feito, na questão do Mercado é outra situação idêntica para que isso acontecesse. Esperam também que este ano, como houve renegociação do FEF, e esse FEF será, naturalmente, para fazer face a estas situações e que no final do ano, ou a meio do ano, quando vier o primeiro Relatório intercalar dos ROC,s, esta situação também já esteja melhorada. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Artur Ferreira. Perguntou aos Senhores Vereadores quem se queria inscrever. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, relativamente à Prestação de Contas de 2023, ele ouviu, atentamente, digamos que, na sua opinião, a parca explicação para um documento desta importância e com a quantidade de itens que estão aqui para analisar e por isso é que ele denominou de parca explicação, quer do Senhor Presidente, quer do Senhor Vereador Artur Ferreira, relativamente à Conta. E, então, vão lá às Contas e vai começar, gostaria de começar pelo Relatório de Gestão. Eles, desde o início deste mandato e, particularmente ele, Vereador Fernando Silvério e, de uma forma geral, também os seus Colegas, têm vindo a alertar para algumas situações, sempre numa perspetiva construtiva e também evidenciando sempre que no passado nem tudo foi bem feito e que estariam também sempre aqui numa perspetiva de colaborar para que, naturalmente, o Executivo, a Câmara, prosseguisse as suas competências. Sabiam os projetos que vinham de trás. Sabiam o que estava em causa. Sabiam as candidaturas que estavam em causa. E, quando o Senhor Presidente, a sua atitude, só a talhe de foice, quando o Senhor Presidente diz que fecharam obras do PT 2020, os Senhores, a maior parte que fizeram foi desistir de obras e de projetos do PT 2020. Mas já lá vai relativamente a isso. O que os Senhores fizeram foi, basicamente, isso. Mas já lá vão relativamente a isso. E têm, como ele, Vereador Fernando Silvério, estava a dizer, evidenciado a sua opinião acerca da estratégia e do objetivo, objetivo que não se conhecia, mas da estratégia que vinha a ser seguida, que o Senhor Presidente aqui evidenciou que tinha a ver com a questão financeira da Autarquia e também depois com os investimentos. E eles têm vindo aqui a alertar para, digamos, a estratégia errada, as ações erradas, que este Executivo tem vindo a trilhar e que agora, é a segunda vez que apresentam Contas, que já não conseguem mascarar o resultado dessa estratégia errada que têm vindo a seguir. Já não conseguem mascarar e as Contas refletem isso. E o Senhor Presidente tenta arranjar aqui uns argumentos da inflação e por aí dentro e a questão da delegação de competências que acaba



Reunião de 19/04/2024

por ser o bode expiatório para tentar justificar muita coisa e sabem que não é assim e sabem que não é tudo assim. Ele, Vereador Fernando Silvério, quando começou a ler este Relatório de Gestão, ele até pensou que estavam a falar de outro Município. Pensou, realmente, que estavam a falar de outro Município qualquer porque há aqui parágrafo que o Senhor Presidente aqui coloca, que é: Cumprimos com todas as obrigações legais e manteve um elevado nível de investimento e de serviço aos Municípios, tendo em conta que o investimento nas pessoas e no território e a saúde financeira da Autarquia são a prioridade do Executivo. Foram realizados vários projetos, investimentos e atividades em todo o Concelho. Há requalificações na Área da Educação. E por aí adiante. E, ele, Vereador Fernando Silvério, começou, leu isto e pensou: Não. Isto, de certeza, estamos a falar de outro Município qualquer, noutra território qualquer, porque, considerando a realidade que eles verificaram desde a sua tomada de posse, na execução deste Executivo, digamos assim, e depois aquilo que os documentos evidenciam, naturalmente que não bate a bota com a perdigota, não bate a bota com a perdigota. E os Senhores poem tentar pintar o quadro que entenderem, com as tintas que entenderem, mas o facto são os documentos e aquilo que os documentos evidenciam. E, então, vão aos documentos. E os documentos evidenciam logo, na análise da Execução Orçamental, no que diz respeito à Receita Corrente e à Receita de Capital, os Senhores têm uma execução de Receita Corrente de 84,7% e de Receita de Capital de 14,7%. Logo, à partida, quem lesse este documento, logo na Execução Orçamental, qualquer Gestor, qualquer Gestor, diz ele, Vereador Fernando Silvério, ficaria logo preocupado, ficaria logo preocupado. Como é que temos uma Receita Corrente, execução, 84,7% e na Receita de Capital de 14,7%? Quadro IV, página 7. E continuam. E continuam. E continuam. Pede desculpa, Fluxos de Caixa. Tem toda a razão. Fluxos de Caixa. Agora tem toda a razão, Fluxos de Caixa. Vão, então ao Resumo da Execução Orçamental. Vão ao Resumo da Execução Orçamental. E o que é que nós verificamos? Que a Despesa Corrente tem sido cavalgante. E eles têm vindo a alertar para isso. Que a Despesa Corrente está, totalmente, descontrolada, está, totalmente, descontrolada. E, vejamos: Em termos de total das Receitas Correntes, na globalidade: em 2019 era de 58,3%; em 2020, 64,9%; em 2021, 65%; em 2022, 72,4% e em 2023, 78,4%. Contrapondo, estão a falar da Despesa Corrente, estão a falar da Despesa Corrente. Em contraciclo, por outro lado, o que é que verificámos? Uma diminuição da Despesa de Capital/Investimento. E, vejamos neste resumo: em 2019, 41,7%, em 2020, 35%; em 2021, 35%; em 2022, 27,6% e em 2023, 21,6%. Sempre, sempre, a cair. Ou seja, a Despesa Corrente a aumentar e a Despesa de Capital a diminuir. Depois, depois, que isto já vem, naturalmente e daí essa estratégia. Ó Senhor Vereador, é fazer as contas. Se tiver o trabalho, se tiver as contas, é fazer o trabalho, pelo menos, o Senhor Vereador lê as contas. Pronto, então que o deixe explicar aquilo que ele, Vereador Fernando Silvério, quer dizer. Normalmente, é assim. Na dialética destas coisas, é assim. No grau de Execução Orçamental, só de 2023, mais uma vez, o que é que nós verificamos? E que pensa ele, Vereador Fernando Silvério, que é preocupante. Têm aqui uma execução da Receita de Capital de 19%, de 19%. Significa que não foram capazes de alavancar investimento, financiamento. Não foram capazes de alavancar financiamento. Naturalmente, que depois tem uma Despesa de Capital/Investimento de 29%, de 29%. Mais uma vez, vêm o rumo, o caminho, a estratégia: Aumentar a Despesa Corrente, diminuir a Despesa de Capital. Já lá vão aos Relatórios dos ROC,s porque aquilo que o Senhor Presidente aí disse não é totalmente verdade porque não está nos Relatórios dos ROC,s e já lá vão. Naturalmente, relativamente à amortização dos empréstimos, há amortizações que, naturalmente, são devidas por Lei, houve uma amortização média de empréstimos de 806.000.00 euros, mais, depois os juros, ele, Vereador

Fernando Silvério, presume que no ano passado foram 370.000,00 euros. É disto que estão a falar. É disto que estão a falar. É disto que estão a falar. Então, agora, vão ver a evolução da Despesa Corrente entre 2019 e 2023. E, dirigindo-se ao Senhor Presidente, naturalmente que a Despesa com o Pessoal tem vindo a subir, tem vindo a subir e depois eles já vão falar um bocadinho acerca disso, vão falar na questão das Prestações de Serviços e tudo o resto e basta ver, basta consultar o Base.Gov e basta ver para onde é que foram as Prestações de Serviços e tudo o resto. Mas já terão oportunidade de falar acerca disso, já terão oportunidade de falar acerca disso, no sentido que, naturalmente, a Despesa Corrente tem evoluído de uma forma galopante, inclusivé, na discussão para o Orçamento para este ano há um aumento desde 2019 para 2024, em termos orçamentais de cerca de 4 milhões de euros, de 4 milhões de euros. Mas, há aqui uma questão que também salta à vista, dirigindo-se ao Senhor Presidente. E, eles, aqui, como é óbvio, são todos, imagina ele, Vereador Fernando Silvério, de apoiar Associações, apoiar Instituições, apoiar, como é óbvio. Mas também acha que o devem fazer com parcimónia e também, naturalmente, com a valoração da atividade de cada um. Mas também e é um facto que aqui está, os Senhores, em termos das Transferências Correntes, o Senhor Presidente está a pôr fora da gestão do Orçamento da Câmara 1.138.000,00 euros. Desde 2019 para 2023, um aumento de 70%. Na evolução da execução da Despesa de Capital, mais uma vez, o que que nós verificamos? Aumento da Despesa Corrente, diminuição do Investimento, diminuição nas Aquisições de Bens de Capital. E vêm esta diminuição na redução de 2022 para 2023 cerca de 25%, cerca de 25% de 2022 para 2023. Ele, Vereador Fernando Silvério, disse a evolução da execução da Despesa de Capital. De 2022 para 2023, uma diminuição de cerca de 25%. Despesa de Capital muito associada ao Investimento. Uma redução de 25%. E, então, se forem mais atrás, de 2019 até 2023, uma redução de 44,7% na Despesa de Capital. E, chegam, aqui e irão falar depois mais à frente acerca das variações, rubricas e na Demonstração de Resultados, que teve um resultado negativo de 800.000,00 euros. O Senhor Presidente vangloriava-se no ano passado ter um resultado positivo, que era uma coisa extraordinária, que era extraordinária esta questão do resultado positivo. Mas têm aqui um resultado negativo e considerando o resultado positivo que tiveram no ano anterior, há aqui uma variação e já vão falar disso, de mais de 1 milhão de euros. É uma variação de 200%. Já irão falar acerca disso. Mas depois chegam ao Quadro da Discriminação das Rubricas Gerais da Demonstração de Resultados. E, por exemplo, temos aqui rubricas e o Senhor Presidente também, anteriormente, enquanto Vereador, falava muito nestas questões, nos Trabalhos Especializados e por aí adiante. E os Trabalhos Especializados, de 2022 para 2023, tiveram um aumento de 21%, de 21%. Não sabe se tem a ver com Consultores e Avenças e essas coisas todas. Nos Honorários também um aumento de 12%, de 12%, de 2022 para 2023. Dirigindo-se ao Senhor Presidente e aqui também, a título de curiosidade só, nas Despesas de Representação dos Serviços, enquanto que em 2022 foram 2.782,81 euros, em 2023 foram 13.699,83 euros. Se lhe pudesse explicar esta rubrica agradecia. Um aumento de mais de 400%. Relativamente ao endividamento, quando o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Artur Ferreira falam da questão do endividamento, dirigindo-se ao Senhor Presidente, por isso é que ele, Vereador Fernando Silvério disse que era a estratégia errada e naquele parágrafo, no Preâmbulo quase, pensou que o Senhor Presidente estava a falar de outra Câmara na questão do endividamento e da situação financeira da Câmara. O endividamento aumentou. O endividamento aumentou. E no Quadro XXIII verifica-se isso. Evolução do endividamento: Desde 2019 a 2023. De 2022 para 2023 aumentou 282.700,00 euros. Um aumento de 2,4%. Um aumento de 2,4%. Aumentou o endividamento de 2022 para 2023. E preocupante, aqui nesta rubrica de Fornecedores Gerais, enquanto que a dívida em 2022 era de 827.743,00 euros, atualmente, ou melhor, a 31 de dezembro de 2023, é de 2.316.204,00 euros, 2.316,204,00 euros. Houve um aumento de 180% na dívida a Fornecedores Gerais. Houve um aumento de 180% na dívida a Fornecedores Gerais. E, mais: Se compararem a dívida a Fornecedores Gerais de 2019 para 2023, houve um aumento de 94%, houve um aumento de 94%. E eles sabem e todos eles sabem e falam com as pessoas que, porventura, não estão aqui as dívidas todas a Fornecedores, não estão aqui as dívidas todas. Já irão falar relativamente a Fornecedores e o porquê desta sua afirmação. Por isso, o



Reunião de 19/04/2024

endividamento aumentou, o endividamento aumentou no total e no que diz respeito aos Fornecedores Gerais que aumentou 180%, de 827.743,00 euros para 2.316.204,00 euros. O resultado negativo de 800.000,00 euros, com uma variação de 200%. Ou seja, se totalizarem o que foi o resultado líquido do ano passado, contrapondo com este de menos 800.000,00 euros tem aqui 1.588.000,94 euros. Depois, dirigindo-se ao Senhor Presidente, gostaria, se possível, que lhe explicasse a questão do Passivo. Há aqui uma questão do Passivo. Porque os Senhores dizem que reduziram o Passivo. Que o Senhor Presidente desculpasse lá. Já não é a primeira vez. Ele, Vereador Fernando Silvério, está aqui para dar a sua opinião. -----

---- O Municípe João Manuel Gouveia Rego afirmou que se ia retirar da sala porque o Senhor Presidente ouviu o insulto que o Senhor Vereador Artur Ferreira lhe fez e o Senhor Presidente não tomou posição. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira, afirmou que o ia esperar ali fora para lhe explicar esse aparte. Ele ia esperá-lo ali. O Senhor Vereador Artur Ferreira insultou-o e o Senhor Presidente não falou. O Senhor Presidente não o chamou à atenção. Faltou-lhe ao respeito. Ele vai aguardar ali fora pelo fim da reunião. Que fosse com ele lá para fora. -----

---- Seguiu-se uma discussão entre o Senhor Presidente, o Senhor Vereador Artur Ferreira, a Senhora Vice-Presidente, o Senhor Vereador Fernando Silvério e o Senhor João Rego, que não é perceptível na gravação desta reunião. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, como estava a dizer, estava a falar na dívida a Fornecedores, falou naqueles valores, no sentido que ela tinha subido exponencialmente. Na questão também da evolução do endividamento. É o Quadro que aqui o diz, que a dívida aumentou de 2022 para 2023. E, se recuarem de 2019 a 2023 também têm um aumento dessa dívida de cerca de 94%. E, ele, Vereador Fernando Silvério, também estava a dizer que, relativamente à, é o que dizem os quadros. O problema deste Executivo é que os Senhores já não conseguem mais mascarar, de alguma forma, mascarar em termos políticos, naturalmente, a falta de estratégia e depois os resultados que aqui aparecem na Prestação de Contas. E, depois, ele, Vereador Fernando Silvério, sabe que é incómodo e ainda continuam a viver nessa ilusão em que os 400.000,00 euros desse décalage entre aquilo que pagam e que recebem das transferências de competências, que é isso que, verdadeiramente, verdadeiramente, influencia o resultado negativo. Pronto, é uma forma de ver as coisas e de gerir que ele não concorda e acha que é errada, mas os Senhores têm toda a legitimidade para pensarem isso. Uma coisa que ele queria mesmo perguntar e era aí que ele tinha chegado, tinha a ver aqui com uma rubrica no Balanço, em 31 de dezembro de 2023 e era mesmo para perguntar, que tem a ver aqui com os Deferimentos, os Deferimentos, aqui no Passivo Corrente, no Passivo Corrente, tem aqui os Deferimentos em que e isto, naturalmente, depois influencia a questão do Passivo, do total do Passivo porque, porventura, não seriam 17,9 milhões de euros, mas andarà à volta, mais ou menos, dos 20 milhões de euros, ou mais, porque ele foi ver a questão da explicação dos Anexos às Demonstrações Financeiras, fala lá em 2 milhões e qualquer coisa euros que têm a ver com a E-Redes. Portanto, ele, Vereador Fernando Silvério, gostaria de que lhe fosse explicado, porquê? Porque depois eles vêm aqui isso, digamos que ele é incorporado, ou parte dessa verba, quase na totalidade, na questão do Património Líquido, que é uma forma, como eles já aqui viram e daí gostaria que lhe fosse explicado, digamos, que aumentamos o Património Líquido e, então, vão reduzir o Passivo. Não sabe até que ponto se isto é, meramente, contabilístico no sentido de reduzir o Passivo porque o Passivo andarà à volta do mesmo. Andará à volta do mesmo. E, evidenciado também

na questão que está no Quadro o aumento do endividamento e está aqui no Quadro, realmente, gostaria que lhe fosse explicado dentro do possível. Depois, teria muitas coisas para falar, mas, rapidamente, relativamente à questão do Relatório dos ROC,s. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, relativamente ao Relatório dos ROC,s. Mas, antes disso, ainda e em talhe de foice, até porque se esquecia, para não se esquecer, o Senhor Presidente diz que, digamos, esta dívida a Fornecedores também aumentou em virtude de porque deram primazia ao fecho do PT 2020 e essas candidaturas todas, dirigindo-se ao Senhor Presidente, como ele, Vereador Fernando Silvério, disse há bocadinho, os Senhores não deram primazia a estas candidaturas e fecharam, os Senhores desistiram de candidaturas, de projetos, desistiram de candidaturas, de projetos. Por isso é que, naturalmente, a Despesa de Capital e os Investimentos está na execução que está porque não executaram, deixaram-nos cair, não concordam, ou também, como ele, Vereador Fernando Silvério, também já disse, nessa incapacidade de gestão. E, quando o Senhor Presidente fala nessa, no fecho do Portugal, do PT 2020, ele queria-lhe dizer que no Mapa de Transferências de Subsídios Recebidos, o Senhor Presidente só recebeu, ou, praticamente, recebeu financiamento de projetos do anterior Executivo, de projetos do anterior Executivo. Se for ver ao Mapa e consultar o Mapa, os valores que aqui estão e as rubricas que aqui estão, tudo a projetos e obras do anterior Executivo: Sistema de Drenagem e Águas Residuais da Ribeirinha; Requalificação da EB1 de Canas de Senhorim; Av.^a João XXIII; Bairros Sociais; Fojo; Drenagem e Sistema de Águas de Vilar Seco. Ou seja, todo este dinheiro, todo este financiamento que entrou diz respeito a obras, candidaturas, projetos, que o anterior Executivo conseguiu trazer para o Município. E vê que, falaram aqui tantas vezes no PRR e ele, Vereador Fernando Silvério, já disse que, na sua opinião, o PRR, não é o PRR, é esta Câmara que está a passar, completamente, ao lado do PRR, completamente, ao lado do PRR e basta olhar para outros Municípios e os contratos de financiamento que têm feito e é interessante que PRR, Redes Culturais e Transição Digital, recebeu aqui 19.500.00 euros, 19.500,00 euros do PRR. Isto, para dizer que o Senhor Presidente estava a falar aí no fecho dos Quadros do PT 2020 e por aí adiante, ele, Vereador Fernando Silvério, está-lhe a referir que do PRR, daquilo que aqui está, de Transferências de Subsídios Recebidos, o Senhor Presidente tem aqui 19.500,00 euros Está-lhe a referir isso. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que estava a ler-lhe os Mapas da Execução de 2023. É disto que estão a falar. E ele, Vereador Fernando Silvério, está-lhe a dizer que nas Transferências de Subsídios Recebido por esta Autarquia, a maior parte são todos do anterior Executivo. E, relativamente ao PRR e que ele já disse que esta Câmara está a passar ao lado do PRR, recebeu aqui 19.500,00 euros. Relativamente ao Relatório, dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que achava que o Relatório pensa que tinha Anexos. Tem Anexos. Tinha Anexos. Está a perguntar se o Relatório dos ROC,s tem mais Anexos porque fala aqui em Anexos. Fala aqui em Anexos. Pronto. Ou seja, estes Anexos referem-se ao mesmo. Muito bem. Muito bem. Porque referem-se aqui Anexos e subentendia-se, fala várias vezes aqui em Anexos. Bom. E, só, rapidamente, também relativamente aqui ao Relatório de Contas, os Senhores leram este Relatório de Contas, pois há várias formas de ler. Mas aquilo que lá está é aquilo que lá está. Têm várias formas é de interpretar. Têm várias formas é de interpretar. São interpretações. Ele, há bocadinho falou de Fornecedores Gerais. Perguntou ao Senhor Presidente se ouviu isso? Porque na dívida, ele, Vereador Fernando Silvério, não sabe se nestes Fornecedores já lá está também a questão da dívida da água a Mangualde. É uma questão que depois já vai aflorar também e que também gostaria de ser respondida se fosse possível. Não, não, é possível. Isso tem-se verificado nos últimos tempos, dirigindo-se ao Senhor Presidente, do Senhor Presidente, ou não responde, ou não sabe, ou não quer responder, como é óbvio. Mas isso, será a sua opinião. Não, é aquilo que é a sua opinião, dele, Vereador Fernando Silvério, como é óbvio. E, então, diz aqui: Do resultado líquido do período, só para referenciar mais uma vez, aqui uma variação negativa de mais de 200%, mais de 200%. Passaram e vangloriam-se disso, de um resultado positivo em 2022 de 788.000,00 euros. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que já lhe disse que lhe vai mostrar até atas onde o Senhor Presidente falava acerca disso. Quando diz: Não é verdade. Não é verdade. Não é verdade. O Senhor Presidente tem uma memória muito



Reunião de 19/04/2024

seletiva. Que deixe que lhe diga. Que deixe que lhe diga. Tem uma memória muito seletiva. E quem o ouviu aqui 4 anos do Executivo anterior, que desculpe lá. Se calhar, estão aqui pessoas que não ouviam nas reuniões de Câmara, mas estão aqui outras que o ouviam. Que desculpe lá. E quando o Senhor Presidente vem dizer que não é verdade. E eles sabem aquilo que o Senhor Presidente dizia. Sabiam aquilo que dizia e a forma como dizia. Que desculpasse lá. Vindo do Senhor, então ele, Vereador Fernando Silvério, vai-lhe dizer: Isso, vindo de si é um argumento pueril. Isso, vindo de si é um argumento pueril. Perguntou-lhe se estava a perceber. É um argumento pueril. E, ele, Vereador Fernando Silvério, sabe e diz-lhe isto com frontalidade, tem capacidade para mais. Perguntou-se se estava a perceber. Agora, vir com esse tipo de argumento. Perguntou-lhe se estava a ver. Depois ele ouviu-o. Esse tipo de argumentos, que escutasse, esperava um bocadinho mais do Senhor. Mas, isso, também já lá vai. Isso, também já lá vai. E já falarão acerca disso, se calhar, no outro ponto a seguir. Bom, como ele, Vereador Fernando Silvério, estava a dizer, que se vangloriava com a questão deste Exercício. E, então, agora, têm aqui uma variação negativa de mais de 200%. Mais uma vez a questão dos Fornecedores que têm aqui um aumento de 179%, 180% na dívida a Fornecedores. Deve ser essa gestão muito boa que os Senhores acham que estão a fazer. Volta a dizer, completamente desligados da realidade que nos rodeia. E, depois, na página 4 fala aqui um bocadinho da justificação material para essas situações. E, quando ele, Vereador Fernando Silvério, falou há bocadinho nas Prestações de Serviço de 819,000,00 euros, Fornecimentos em Serviços Externos em 927.000,00 euros. E, naturalmente, os gastos com o Pessoal, que muitos destes gastos, alguns destes são gastos âncora, digamos assim, são despesa âncora, que é muito difícil fugir a isso. Mas, no entanto, esta questão da Prestação de Serviço e mais uma vez, depois numa próxima reunião, voltarão a falar nisso, à questão do Portal Base e a tudo isso. Sim e com todo o gasto também, dirigindo-se ao Senhor Presidente. Depois, há aqui uma breve e eles falaram em junho, julho, quando falaram do Relatório relativamente à Execução do primeiro semestre, há uma pequena referência ao segundo semestre e eles veem aqui a questão da Prestação de Serviços em que, no primeiro semestre, eram 514.000,00 euros. Passou para 1.390.000,00 euros. Um acumulado de quase 2 milhões de euros, 1,9 milhões de euros. Bem como os Serviços Externos e também, naturalmente, os gastos com o Pessoal. Naturalmente com este agravar da Câmara, a dívida total por habitante também aumentou, como é óbvio. Se aumentou a dívida da Câmara, o endividamento por habitante, esse rateio, esse rácio que é feito também aumentou. E, aqui, na Execução Orçamental, na página 20, cá estão. Na Execução têm aqui Despesas de Capital de 29% de Execução e a Receita de Capital de 19%. Ou seja, mais uma vez a Câmara está, ele, Vereador Fernando Silvério, não diria parada, mas quase parada em termos de investimentos. E é perceptível por todo o lado, quer nas candidaturas que não concretizaram, quer nos projetos que não fizeram, quer também nas obras que pararam e que não retomaram, não sabe se por uma questão ideológica e vê-se depois aqui os desvios na questão da Receita executada e na Despesa executada. Por exemplo, um desvio na Despesa executada de cerca de 41%, naturalmente. Depois, na página 24, acha que aqui é uma frase, uma observação lapidar e que, na sua opinião, corrobora aquilo que ele tem vindo a falar acerca do Investimento, ou falta dele, desta Câmara porque esta Câmara tem esta dicotomia. Ou seja, não faz investimento e ainda consegue aumentar o endividamento. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que eram o que diziam, é o que está nos quadros. É o que está aqui. Por isso é que os Senhores já não conseguem mascarar, entre aspas, naturalmente, a vossa Execução porque está aqui nos mapas. E, até é feito aqui este Relatório até muito, digamos, simpático, poderia dizer até, ele já vai dizer até porque é que está a dizer simpático, ele já lá vai, porque, considerando os

dados que aqui estão relativamente às Transferências de Capital, relativamente a esta Execução, quanto às Transferências de Capital, o baixo cumprimento do Orçamento está associado ao não recebimento de financiamentos acordados com Entidades relacionados com os investimentos em curso, ou suspensos. Ou seja, os Senhores não executam obra, não executam obra, não executam, ou seja, não têm as Receitas de Capital porque não executam obra. Não têm investimento. E esta frase, acha que é lapidar nesse aspeto. Ou seja, não há investimento. Ou seja, este grau de execução é diminuto porque não há investimento. E os Senhores não conseguem tapar isto. E todos eles sabem que é verdade. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que era a sua verdade. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: E, depois, voltam aqui no quadro XXV relativamente à Aquisição de Bens de Capital, muito associado aos investimentos, tem aqui uma execução no total desta rubrica de 16%, no peso desta rubrica, de 16%, enquanto que ele, Vereador Fernando Silvério, presume, se a memória não o trai, que já era, mais ou menos, esse grau de execução que tinha no primeiro semestre de 2023, no primeiro semestre, quer na Despesa, quer na Receita. Ele estava a falar no peso, no total da rubrica. Estão a falar na rubrica e depois no peso que ela tem. Ele referiu isso, dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira. Ele, Vereador Fernando Silvério, referiu isso. Estão aqui. E, depois, mais ainda, quando chegam, efetivamente, à Aquisição de Bens de Capital, Investimentos, o ROC, por isso é que ele disse que até é simpático porque, considerando a análise deste gráfico, só diz esta frase lapidar: A Aquisição de Bens de Capital está aquém dos valores orçamentados. De certeza que os Senhores se sentem confortáveis com esta frase. Sentem-se confortáveis. Pronto, é outra forma de ver as coisas. Ou seja, dirigindo-se ao Senhor Presidente, é tão fraco o investimento, fraco, naturalmente, reduzido. É tão reduzido o investimento que o Revisor disse que somente: A Aquisição de Bens de Capital está aquém dos valores orçamentados. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que Senhores não realizam investimento, não realizam investimento. Não conseguem alavancar investimento. Não conseguem arranjar fontes de financiamento. E, isso, está demonstrado. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que era na sua ótica. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que era claro que era na sua ótica. Perguntou ao Senhor Presidente se queria que lhe dissesse que era na sua ótica. Que olhasse: Estava a falar pelo Senhor Presidente Joaquim Amaral. Perguntou-lhe se era isso que queria que lhe dissesse. Que desculpasse lá. O Senhor Presidente tem que ouvir. Ele, Vereador Fernando Silvério, já lhe disse que o Senhor Presidente não está habituado a ouvir. O Senhor Presidente, ele, Vereador Fernando Silvério, já lhe disse isto e que o Senhor Presidente acreditasse que é sempre na perspectiva de o ajudar. Mas o Senhor Presidente, naturalmente, não quer a ajuda e tem toda a legitimidade, mas tem que ouvir. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que agradecia. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Mas tem que ouvir. Mas já lhe disse que o Senhor Presidente vive numa bolha, chamemos-lhe assim. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, por acaso, estava a contar os minutos que faltavam. ----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: E, realmente, já lhe disse: O Senhor Presidente está desligado dos Municipais. Está desligado dos Empresários. E é um assunto que irá trazer na próxima reunião de Câmara. Está desligado dos Empresários. Está desligado dos Municipais. Está desligado das Entidades Financiadoras. Está desligado, que escutasse: E isso vê-se no dia-a-dia. Está desligado dos Colaboradores. Que escutasse: E ele, Vereador Fernando Silvério, tenta-lhe dizer isso na perspectiva eventual até de ter outra visão das coisas. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que essa parte referencial foi o exercício que os Senhores fizeram no mandato anterior. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que no mandato anterior apresentou-se obra, apresentou-se obra, investimentos, obras, obras,



Reunião de 19/04/2024

investimentos, candidaturas, projetos. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que foram investimentos que estão a pagar agora. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que estão a pagar e a receber, estão a pagar e a receber. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que a Av.^a João XXIII foi adjudicada sem empréstimo. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que já lá iam à Av.^a João XXIII porque o Senhor Presidente foi incorreto naquilo que disse. Já lhe vai dizer no que foi incorreto naquilo que disse. Fez-se obra, investimento. Havia dinâmica. Os Empresários eram recebidos. Os Empresários eram bem tratados. Os Empresários precisavam de um documento da Câmara, ele era agilizado dentro dos parâmetros normais que é necessário, mas era agilizado, ele era agilizado. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se ele falava com todos os empresários que vinham à Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que falava com muitos. Falava com muitos e continua a falar com muitos. Perguntou ao Senhor Presidente se sabia. -----

---- O Senhor Presidente respondeu-lhe que também ele e que o Senhor Vereador Fernando Silvério fazia muito bem. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que, pois, muito bem, mas que para a próxima reunião, fica aqui esse compromisso, ele vai trazer a questão dos empresários e digamos, do tecido empresarial aqui do Concelho. Ele, Vereador Fernando Silvério, também falava com empresários e continua a falar com empresários, ao contrário do Senhor Presidente, se calhar, porventura, porventura. Mas lá voltarão. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que isso era um gosto especial. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que não era um gosto especial. Era a visão que o Senhor Presidente tinha das coisas e das suas responsabilidades de falar com os empresários e a sua responsabilidade de cativar investimento para o território. É sua responsabilidade atender os empresários. É sua responsabilidade marcar reuniões com os empresários e recebê-los. Essa é sua responsabilidade. Não é o gosto político pessoal. Foi o Senhor Presidente que falou nisso, que era um gosto político pessoal. Ele, Vereador Fernando Silvério, está a dizer ao Senhor Presidente que não era um gosto político pessoal. Faz parte da sua responsabilidade, da sua presidência. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que os recebia. ----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que voltava a dizer ao Senhor Presidente que na próxima reunião falarão acerca disso. Por isso, como ele estava a dizer, no anterior mandato não se fez tudo bem. Mas houve investimento, houve obras. Naturalmente, não foi isento de erros, naturalmente, mas havia outra dinâmica no Concelho. E, isso, verificasse. E, isso, acha que se verifica. Mas volta a dizer ao Senhor Presidente que na sua conceção que tem da gestão autárquica e é legítima. Mas, ele, Vereador Fernando Silvério, não concorda com ela. E o resultado disso vê-se todos os dias na rua. E o resultado disso vê-se todos os dias na rua. Bom, relativamente a este Relatório, para terminar, naturalmente, são os próprios ROC,s que dizem que houve um aumento da dívida neste Exercício, tendo a mesma aumentado, no Exercício de 2023, no montante de 380.798,00 euros. Não sabe qual é a

dificuldade em perceber isto. Estão a dizer que não é verdade. São os ROC,s que o dizem aqui. Voltam a dizer a seguir, que a dívida aumentou, que a dívida aumentou. Por isso, estão porventura, a entrar numa fase de negação. Depois, dirigindo-se ao Senhor Presidente, a questão dos pagamentos em atraso, que os ROC,s que dizem e utilizam este Relatório para dizer que não há pagamentos em atraso. É, no mínimo, ele, Vereador Fernando Silvério, vai-lhe chamar, vai-lhe dizer aqui um objetivo, é no mínimo, corajoso. É no mínimo, corajoso. ---
---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se estava a falar de corajoso o Parecer. -----
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que era corajoso o comentário do Executivo. É, no mínimo, corajoso. -----
---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se na parte dos quadros que interessa o Parecer está bem, na parte que não interessa o Parecer não está bem. -
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que, então, ia-lhe ler *ipsis verbis* o que diz o Relatório. Que tivesse calma. Que o deixasse dizer. Pronto, era isso que ele estava a dizer, quando os Senhores utilizam o Parecer para falar nos pagamentos em atraso. -----
---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que não era em atraso. Era aos Fornecedores. Pagamento médio. -----
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que estava a falar de pagamentos em atraso e prazo médio de pagamentos. Já vão ver se não há pagamentos em atraso. Pediu calma, calma. E, então, no parágrafo, que é aqui muito explícito: Esta transição de reporte da informação. Mas antes disso. Com a transição do Regime Contabilístico do POCAL para o SNC-AP, ocorreu também a transição do Sistema de Reporte de Informação Orçamental Económica e Financeira para a DGAL, anteriormente, de acordo com o POCAL e agora com o SISAL, de acordo com a Portaria. Isto, daquilo que ele se recorda, esta transição já ocorreu, ou começou a ocorrer já, no mínimo, há 3 anos. Há mais. Mas ele, Vereador Fernando Silvério, está a falar no Município. Há mais. Pronto, por isso, digamos, alguma estranheza quando se diz aqui: Esta transição de reporte da informação tem evidenciado dificuldades técnicas de transferência de informação que não permitiu obter a 31/12/2023, designadamente, a informação sobre pagamentos em atraso, ou prazo médio de pagamentos. Dirigindo-se ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador Artur Ferreira, perguntou-lhes como é que podem dizer que, se não foi possível aquilo, reportar, se houve, ou não, como é que o Senhor Vereador Artur Ferreira pode dizer que não há pagamentos em atraso. Que escutasse: Contudo, a título indicativo e baseado no nosso cálculo estimado, o nosso prazo médio de pagamentos trimestral era de 59 dias. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que, então, ia-lhe mostrar aqui: Há aqui um documento que diz assim: Dívida a Terceiros por Antiguidade de Saldos – E, depois, cá diz a dívida vincenda e depois os intervalos de antiguidade da dívida vincenda e os pagamentos em atraso. E, depois, diz cá: Menos de 90 dias; de 90 dias a 180 dias; de 180 dias a 365 dias; Mais de 365 dias. E, depois, diz aqui: Pagamentos em atraso. E a sua questão é muito simples: Dirigindo-se ao Senhor Presidente, perguntou-lhe se conseguia garantir aqui hoje que esta Câmara, em 2023 e neste momento, não tem pagamentos em atraso. Consegue, aqui? Porque aquilo que diz aqui este documento de Dívidas a Terceiros, dirigindo-se ao Senhor Presidente, não vai de encontro àquilo que o Senhor Presidente está a dizer. E, depois, conjugando isso com a informação do ROC, com o Parecer, que não lhe foi possível, porque já dizia isso na informação semestral, que não conseguia, continua a dizer a mesma coisa, que não consegue quantificar a questão dos pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamentos. E considerando, dirigindo-se ao Senhor Presidente, o valor que tem ali de dívida a Fornecedores, que são mais de 2 milhões de euros, custa a acreditar que não tenha pagamentos em atraso. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, custa a acreditar que não tenha pagamentos em atraso. E não sabe se, eventualmente, os vários Fornecedores até já faturaram serviços que fizeram à Câmara. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, por isso, quando os Senhores falam aqui com essa propriedade que já não há pagamentos em atraso e tudo o resto, não está aqui concretizado pelo Parecer. Não, que não têm informação. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira,



Reunião de 19/04/2024

se eles não têm os documentos todos. Então, isso não é um argumento. Que desculpasse lá. A título indicativo e baseado no nosso cálculo estimado. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que, como ele muito bem sabe, podia ir aos documentos dos ROC,s de 2021, 2020, 20219, 2018, que dizem, rigorosamente, a mesma coisa. O Senhor Vereador Fernando Silvério sabe que é uma terminologia técnica. Que deixasse lá o resto. Que lesse o outro parágrafo. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que lhe estava a falar que, considerando aquilo que os Senhores. Acha que o Senhor Vereador Artur Ferreira sabe ler. Que lhe dissesse qual é a página do Relatório que quer que ele, Vereador Fernando Silvério, leia, que ele faz-lhe esse favor. Perguntou-lhe se gosta de ouvir a sua voz. Estava a dizer que, considerando aquilo que disseram: Confrontando. Ele sabe que é difícil ouvir. Ele volta-lhe a dizer, ele sabe que é difícil ouvir porque, mais uma vez, estas Contas mascaram, vai pôr as coisas desta forma, aquilo que tem sido a estratégia do Executivo para o Município, na sua opinião, errada, errada. Focaram-se tanto na questão financeira errada. Aumentaram a dívida, o endividamento. Vêm, por exemplo, na questão como é que os Fornecedores chegaram a 2,3 milhões de euros. Depois, vêm cá falar na questão do Resultado Líquido do Exercício, do resultado negativo, por causa das transferências da delegação de competências. Têm que ser também um bocadinho também mais concretos, até porque, se forem ver, aquilo que estava orçamentado, tiveram, o valor foi mais elevado nas Provisões. Está a falar na Receita, em Transferência. Está a falar de Transferências. Se lhe der um minuto, ele diz-lhe o que é que estava. Está-lhe a falar da Transferência. Que não fosse para outros lados. O que é que recebeu na Receita? Recebeu, o que estava na Receita corrigida, ele depois já vê aqui no documento, na rubrica que estava no Orçamento inicial. Como ele, Vereador Fernando Silvério, estava a dizer, uma estratégia errada. Colocaram o enfoque na questão financeira, que não conseguem controlar a Despesa Corrente. O endividamento aumentou. O endividamento aumentou. A dívida a Fornecedores é astronómica. A dívida a Fornecedores é astronómica. Vê que o Executivo não está preocupado com isso. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se sabia quanto é que o anterior Executivo, em 2021, cá deixou de dívida a Fornecedores, 6,5 milhões de euros.

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que isso é aquilo que Senhor Presidente diz. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que não é ele que o diz. Que fosse ver os documentos. Que fosse lá buscar. O Senhor Vereador Fernando Silvério gosta de falar de dados, que fosse lá consultar. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que era óbvio que sim. O Senhor Presidente falou na Av.^a João XXIII, para já, o Senhor Presidente já recebeu dinheiro, digamos assim, durante 2023, para aquela obra. E, depois, que teve que ser feita, dirigindo-se ao Senhor Presidente, ele, Vereador Fernando Silvério, lembre-se disso tudo. Perguntou ao Senhor Presidente se não levou à Assembleia Municipal a contratação de um empréstimo para esta obra, para a Av.^a João XXIII, para o remanescente. Que o Senhor Presidente desculpasse. Foi para esta obra, dirigindo-se ao Senhor Presidente. Não, o Senhor Presidente disse que não. Que o Senhor Presidente desculpasse. Por isso é que ele, Vereador Fernando Silvério, acha estranho, às vezes, as afirmações que o Senhor Presidente faz aqui enquanto Presidente e de uma forma para tentar justificar os 440.000,00 euros, o Senhor Presidente levou à Assembleia Municipal, depois já irão falar disso no ponto a seguir, a contratação de um empréstimo para esta obra, a contratação de um empréstimo

para esta obra. Por isso, quando o Senhor Presidente vem falar aqui da Av.^a João XXIII. E a Av.^a João XXIII até lhe devia causar algum embaraço, não só ao Senhor Presidente, mas também ao Senhor Vereador Artur Ferreira, porque foi ele que chegou lá e mandou parar a obra. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que não foi o Senhor Vereador Artur Ferreira, foi ele, Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério pediu ao Senhor Presidente para não dizer isso porque foi ele que foi lá. Que desculpasse lá. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que estava-lhe a garantir que foi ele, Senhor Presidente, que falou. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério pediu ao Senhor Presidente que não disse isso porque existe e está em ata, que desculpasse lá, uma altura, ele, Vereador Artur Ferreira, a reconhecer que foi ele. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que foi ele e o Senhor Vereador Artur Ferreira também. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério pediu desculpa ao Senhor Presidente, mas foi o Senhor Vereador Artur Ferreira que lá chegou e mandou parar a obra. Que era o novo Vereador das Obras da Câmara Municipal de Nelas. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que isso era mentira. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que era o que estava a tentar dizer, que não é. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Vereador da Câmara Municipal de Nelas, que ainda não tinha tomado posse, que ainda não tinha tomado posse e mandou parar a obra. Que desculpasse. E, agora, o Senhor Presidente, vem aqui falar da Av.^a João XXIII, quando o Senhor Presidente levou um empréstimo, pensa ele, Vereador Fernando Silvério, de 300.000,00 euros, ou 400.000,00 euros, 220.000,00 euros, por causa desta obra? Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que aí se vê a sua gestão. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério porque é que não iniciou a empreitada em abril, tinha fundos disponíveis. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que isso não era verdade. Não é verdade o que o Senhor Presidente está a dizer, de ter fundos disponíveis, que visse que não é verdade o que o Senhor Presidente está a dizer. Que visse que não é verdade o que o Senhor Presidente está a dizer. O Senhor Presidente tenta justificar coisas. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério porque é que não iniciou a empreitada. Está a dizer que o anterior Executivo foi tão diligente a fazer as coisas. Perguntou-lhe porque é que não começou em abril. Perguntou-lhe porque é que não começou em abril. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Diligente a fazer as coisas, diligente a fazer candidaturas, diligente a fazer projetos, diligente a alavancar financiamento. Ele, Vereador Fernando Silvério está à espera, disse ao Senhor Presidente no início do mandato que trouxesse os seus projetos e vão discuti-los aqui. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que no anterior Executivo havia uma candidatura que foi assumida como aprovada, com financiamento, que só foi agora aprovada realmente, participada a 100% e com o IVA a ser custeado pelo Orçamento de Estado. Agora custa-lhe a ouvir. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que estava a ouvi-lo mas tem que o deixar falar. -----

---- O Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que não levasse a mal, mas o Senhor Vereador Fernando Silvério diz-lhe que ele, Senhor Presidente, é muito profícuo nas suas intervenções, mas o Senhor Vereador Fernando Silvério já leva uma hora na sua intervenção. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que não levava nada uma hora na sua intervenção. -----



Reunião de 19/04/2024

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que levava, levava. Garantia-lhe que levava. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu que o Senhor Presidente sabia que não levava nada uma hora. E volta-lhe a dizer que tem dificuldade em lidar com outra versão dos acontecimentos. Tem essa dificuldade. Reconhece-lhe que sim. Reconhece-lhe que sim. E, por isso é que lhe diz que o Senhor Presidente está um bocadinho alheado, alienado, daquilo que se passa. Ele, Vereador Fernando Silvério, estava-lhe a dizer que no anterior Executivo houve projetos, investimentos. E vão ver, por exemplo, os Relatórios da CIM Viseu Dão Lafões e de outras Entidades no que diz respeito aos investimentos em Nelas. Por isso e relativamente às Escola e ao Centro de Saúde, o Senhor Presidente sabe também, porque também votou aqui, que houve Protocolos com o Ministério da Educação, que houve Protocolos com o Ministério da Saúde. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que os Protocolos não foram aprovados aqui. Foi falado é que eram com a garantia do Senhor Secretário de Estado. Está em ata. Alguns documentos. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que foram apresentados alguns documentos aqui. E uma dificuldade, então vai dizer ao Senhor Presidente, e por isso é que não temos investimento no Concelho. Uma dificuldade que o Senhor Presidente tem é lidar com as Entidades Financiadoras. É arranjar financiamentos E o Senhor Presidente sabe como, às vezes, se fazem também essas coisas. É preciso pressão. É preciso falar com as pessoas. Certo? É preciso também assumir determinados compromissos. Às vezes também é preciso assim, dirigindo-se ao Senhor Presidente. Não. Não é ficar fechado aqui dentro de 4 paredes e inter muros e a pensar que as coisas acontecem. Que, muitas das situações, é isso que acontece. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Fernando Silvério podia utilizar os juízos valorativos que lhe interessassem e ele, Senhor Presidente, não podia fazer os dele. Perguntou-lhe se era isso. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que podia, que claro que sim. Ele, Vereador Fernando Silvério, está-lhe a falar enquanto Presidente da Câmara, enquanto Presidente da Câmara, como é óbvio. Certo? E uma coisa, já que fala em juízos valorativos, ele, Vereador Fernando Silvério, nunca permitiria que alguém viesse aqui insultar os Vereadores e ficasse calado. Perguntou ao Senhor Presidente se estava a perceber. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério quando é que aconteceu isso. Que não levasse a mal. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: É isso que os diferencia. Perguntou-lhe se estava a perceber. É isso que os diferencia. -----

---- O Senhor Presidente voltou a perguntar ao Senhor Vereador Fernando Silvério quando é que aconteceu isso. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Para terminar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, não, não. Pedia desculpa. Atenção que o Senhor Vereador Fernando Silvério vai ter que concretizar isso. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que o Senhor Presidente queria ir por aí, que fosse por aí. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente pediu Senhor Vereador que esta a falar disso, que concretizasse. Que não levasse a mal, mas que concretizasse quando é que isso aconteceu. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que

muito bem. Então, ele, concretiza: Na última reunião de Câmara houve aqui um Muncipe que insultou os Vereadores. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério: E o que é que eu fiz? -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que o Senhor Presidente não disse nada. Não disse nada. Não disse nada. E os seus Colegas estão aqui. Não disse nada. E, ele, Vereador Fernando Silvério, ao contrário do Senhor Presidente, ele nunca permitiria. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que achava estranho o Senhor Vereador Fernando Silvério enveredar por esse caminho. Até está em ata. Graças a Deus, está em ata. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente. Por agora, era tudo. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Afirmou que, antes de passar a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Borges, só dizer uma coisa sobre esta parte: Ele, Senhor Presidente, não tem a veleidade de pensar que faz a gestão sempre toda bem de todas as reuniões de Câmara. Não a tem, nem a quer. E, obviamente, é uma coisa desejável, mas não é realizável, se calhar, de todo. É o desejável, mas pode não acontecer. Agora, que o Senhor Vereador Fernando Silvério o desculpasse. Podia ter acontecido isso, mas que não lhe levasse a mal, o que aconteceu foi, precisamente, o contrário. Estão aqui 9 pessoas, pelo menos, que estavam cá na reunião. E o Muncipe, quando começou a falar, ele, Senhor Presidente, disse ao Muncipe que não podia fazer isso. E ele foi embora revoltado e, inclusivé, disse que ia fazer uma participação que ele, Senhor Presidente, não o deixou falar sobre o que ele queria falar. E isso está na parte depois da sua intervenção há-de estar. Ele não os vai invocar porque não lhe parece correto, mas há gente que estava aqui que sabe o que aconteceu. Quando o Senhor Muncipe de que está a falar, veio aqui falar ao microfone, ele começou a falar e ele, Senhor Presidente, disse-lhe assim: Desculpe, não pode fazer isso. Um: Não pode falar de um assunto que estava na Ordem de Trabalhos e não pode falar dessa forma para os Senhores Vereadores. O Senhor que estava a fazer isso depois abandonou a sala de reuniões. E vai ter o eco disso na Assembleia Municipal porque ele próprio lhe disse que vai fazer queixa de como ele, Senhor Presidente, não o deixou falar. Portanto, que o Senhor Vereador Fernando Silvério o desculpasse. Em todos os outros argumentos pode ter a sua razão que lhe assiste, ou o seu pensamento, tem direito a ele. Podem discordar e discordam em muita coisa, mas nesta questão que o Senhor Vereador Fernando Silvério não levasse a mal, não foi isso que aconteceu. Deu a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Borges. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, como é óbvio, tudo o que foi aqui colocado, não vai estar a repetir o que o seu Colega Vereador Fernando Silvério disse. Claro que concordam. Concorda. Fala por ele e pelo Vereador Aires Santos também. Esta questão de Demonstração de Resultados, que há vários tipos de interpretação. E, claro que o Executivo faz a sua interpretação e eles fazem a sua interpretação. Só dar aqui, reforçar aqui algumas notas e depois, no final, uma, ou duas questões. Pronto, relativamente à Execução Orçamental verifica-se um aumento de Receita, fruto das competências que agora a Câmara ficou e que lhe são atribuídas, nomeadamente, na Área da Educação. Mas, o que é que se verifica aqui já muito referido pelo Colega Fernando Silvério? A Despesa Corrente, em 2019 era à volta dos 8 milhões de euros e em 2023 é 11,8 milhões de euros. Claro que, fruto também disto que ele falou das competências. Mas, aqui, o que é mais caricato é que a Despesa de Capital não acompanha e também aqui as Receitas Correntes aumentam. Mas as Despesas de Capital diminuem. Em 2019, cerca de 6 milhões de euros e desde aí até 2023 tem havido um decréscimo das Despesas de Capital, que é um indicador muito preocupante porque isto é que é o sinal do investimento e de criação de infraestruturas para o Município e para os Municípes. E vê-se aqui este nível de investimento a níveis mínimos e, de facto, é de preocupar. A nível, referindo aqui, mais uma vez, as Despesas Correntes, claro que aqui, com o Pessoal, o aumento bastante elevado da Despesa com Pessoal. Só que aqui há outras Despesas Correntes, no Quadro X, acha que é da página 13 do Relatório do ROC, Outras Despesas Correntes, no ponto 6, em 2019 eram cerca de 100.000,00 euros. Em 2021,



Reunião de 19/04/2024

125.000,00 euros. Em 2022, 184.000,00 euros. E em 2023, 386.000,00 euros. Queria fazer a questão de que é a que se deve este aumento das Outras Despesas Correntes, na página 13 do Relatório. É mesmo do Relatório de Contas, do Relatório de Contas, página 13. É o Quadro X. Que há aqui um aumento nas Outras Despesas Correntes, no Quadro X. Aqui, a Evolução da Despesa de Capital, já foi falado, que reduziu para cerca de metade, para os valores de 2019. Quer dizer, mesmo com a inflação que, até a nível de Despesa, os materiais estão mais caros, até era previsível que houvesse um aumento deste tipo de Despesa de Capital face aos custos dos combustíveis, dos materiais e da mão-de-obra e é a diminuição que vêm. Relativamente aos rácios económicos, efetivamente, foi dito pelo Senhor Presidente que todos os rácios indicam que estão melhores, mas há aqui um que não está e que é essencial, que é a Liquidez Geral, pronto, que tem baixado e isto aqui, preocupa-o. A Liquidez Geral baixou com o aumento da dívida a Fornecedores. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Ricardo Borges se estava a falar do Relatório dos ROC,s. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges respondeu ao Senhor Presidente que não, não, do Relatório de Contas, do Relatório de Gestão, do Relatório de Gestão. A Liquidez Geral diminuiu para 58%. E, analisando, depois, o Balanço, verifica-se, quer dizer, há menos Liquidez e não se paga a Fornecedores no final do ano, aqui no Balanço e é visível no Balanço. Em 31 de dezembro de 2022 o valor era de dívida a Fornecedores de 827.000,00 euros. No final do ano de 2023 é de 2.316.000,00 euros. E, aqui, também queria referir que, para além da dívida a Fornecedores, já não sabe onde é que ele viu, há aí uns Anexos que dizem que não só a Fornecedores. Até mesmo as Freguesias, a 31 de dezembro, não tinham recebido os valores todos. Pronto, ele, Vereador Ricardo Borges, agora não tem aqui o documento que foi, mas está aí num documento. E, isso, preocupa-o porque é aos Fornecedores e é às Freguesias, que vivem com pouco. E o facto da Câmara atrasar os pagamentos torna as coisas mais difíceis. Falando aqui de outro tema, foi aqui na parte das adjudicações. Também podem discutir aqui um bocadinho sobre isso. Mas verifica-se que, a nível de Aquisições de Serviços tem sido tudo, praticamente, por Ajuste Direto e pouca coisa a nível de concurso público, também fruto do baixo Investimento de Capital, diz ele, Vereador Ricardo Borges. Como não há grandes investimentos também não há concursos públicos. Então, anda aqui com Ajustes Diretos de pequenos valores. Mas que depois, falando dos valores totais do ano passado, estão aqui: Empreitadas de obras públicas, 106.000,00 euros; Aquisições de Serviços, 334.000,00 euros e Locação, ou Aquisição de Bens Móveis, 204.000,00 euros. Pronto, é aqui que toca num ponto que o seu Colega Fernando Silvério refere e muito, que é, estes Ajustes Diretos são valores baixos. Há aqui, são cerca de 100, o número de contratos no ano passado. São poucos valores. Mas isto, somando, vai volumando. E aqui, acham que pode haver aqui a questão do problema da Liquidez e mesmo do aumento da Despesa Corrente, certamente, estará aqui na questão destes Ajustes Diretos. Pronto, é a sua opinião, ou seja, pequenas obras, não há investimento estruturante, aumento da Despesa Corrente, diminuição da Despesa de Capital. Só mais um ponto, relativamente à dívida da água a Mangualde também já foi aqui falado. Para perceber, foi dito que estava provisionado o valor das faturas. Ele, Vereador Ricardo Borges, só ficou com uma dúvida da última reunião. Durante o ano de 2023 não foi qualquer fatura a Mangualde? Também gostaria de ter essa resposta. A nível do Anexo às Demonstrações Financeiras, a quantia dos custos dos empréstimos capitalizados durante o período. Pronto, é uma tabela. Tem aqui os empréstimos todos contratualizados ao BPI. E há aqui um empréstimo que foi contratualizado no dia 21/05/2019, em que o valor contratado é 1,5 milhões de euros e utilizado em meio milhão de

euros. Isto refere-se a quê? Em que a Entidade foi a ADSE. Acredita que a Entidade Financiadora é da Coesão, Agência da Coesão. E outro no dia 16 de outubro de 2020, com um valor contratado de 800.000,00 euros e, neste momento, só está utilizado 108.000,00 euros. ---

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Ricardo Borges que esse é do CAVES. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges perguntou ao Senhor Presidente se era o do CAVES, o de 800.000,00 euros. E o dos 1,5 milhões de euros deve ser da Av.^a João XXIII. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Ricardo Borges que esse é do Área de Acolhimento Empresarial. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges afirmou que, então, era o da Área de Acolhimento Empresarial. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Ricardo Borges que o dos 800.000,00 euros é do CAVES, da Rotunda e do Saneamento. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges respondeu ao Senhor Presidente que estava esclarecido. Pronto, mas, mais uma vez, aqui valores avultados e com condições, não sabe se foi aqui, com taxas de juro de 0%. E, mais uma vez, o capital está por utilizar. Mais uma vê-se que está aqui financiamento garantido do anterior Executivo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, de facto, o Senhor Vereador Ricardo Borges era fantástico. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges continuou: E não querendo falar muito do anterior Executivo, o que se repara é que havia já obra, planeada, acautelada e, mais uma vez, o capital não é utilizado. Podem vir com o argumento. Mas o PRR a 100%. Mas se estes projetos avançarem, toda a gente sabe aqui que, 1,00 euro hoje não é 1,00 euro amanhã. Há sempre a questão da inflação. E fazer investimentos com 80%, 85% de financiamento. ----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Ricardo Borges que não era verdade. O financiamento não era esse. Há as taxas forfetárias. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges continuou: Ou 60%. Em 2020, eles tiveram, o que é sempre bom. Se ele puder contratualizar um empréstimo do BEI, com taxas de juro que são vantajosas em relação às que são das Entidades Bancárias, ele acha que é vantajoso. E, se eles estão a antecipar o investimento com rubricas podem aproveitar o PRR para outras rubricas, ou outro PRR, ou futuros investimentos. Portanto, aqui a sua discórdia relativamente sempre à postura do Executivo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que ninguém disse o contrário. Perguntou ao Senhor Vereador onde é que ele foi buscar esse raciocínio. Era ao contrário. O que estavam a dizer era, o Senhor Vereador falou numa taxa de apoio de 85%. Ele, Senhor Presidente, disse: Não é verdade porque há sempre a taxa forfetária e disse: Mas com 60% também é bom. É ao contrário daquilo que o Senhor Vereador quer dizer. Perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se alguém disse alguma coisa desse género. Estava a dizer ao Senhor Vereador Ricardo Borges. Pediu ao Senhor Vereador Ricardo Borges que concluísse. Essa mistificação das coisas do Senhor Vereador Fernando Silvério é que é estranha. Mas ninguém disse isso. E o da Área de Acolhimento Empresarial não é 85%. E o Senhor Vereador Fernando Silvério sabe isso. Não é verdade. Não, não é verdade. O anterior Executivo fez a candidatura com a taxa forfetária. Que não levasse a mal dizer-lhe isto: Nem parece o Senhor Vereador Fernando Silvério a falar sobre isso. A obra tem uma comparticipação e tem uma taxa forfetária. Como o Senhor Vereador Fernando Silvério sabe, aumentava o valor do lote para 5,00 euros o metro quadrado e como tinha essa vantagem financeira tem uma taxa forfetária. E, ele, Senhor Presidente, sabe que o Senhor Vereador Fernando Silvério sabe o que isso significa. E a taxa forfetária tem depois uma diminuição do que é a percentagem do financiamento. E, ele, Senhor Presidente, sabe que o Senhor Vereador Fernando Silvério sabe isso. E o que lhe faz confusão é o Senhor Vereador Fernando Silvério estar uma mistificar uma coisa que ele, Senhor Presidente, tem a certeza que o Senhor Vereador Fernando Silvério sabe. Até lhe diz que aquilo que o Senhor Vereador Fernando Silvério costuma fazer com ele, Senhor Presidente, ou com o Senhor Vereador Fernando Silvério Artur Ferreira é que eles não sabem.



Reunião de 19/04/2024

Mas, no caso, ele, Senhor Presidente, tem a certeza que o Senhor Vereador Fernando Silvério até o sabe. E diz-lhe isto com toda a elegância e consideração política. Deu a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Borges. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges afirmou que era mesmo o último ponto. Relativamente a esta questão é que, aqui há financiamentos que estão aprovados, independentemente de ser 85%, 70%, 60%, que não estão a ser utilizados. E, efetivamente, é uma pena porque, independentemente de serem agora transitados para outros Fundos Comunitários e até pode ter uma taxa de participação superior, estamos a esgotar Fundos que estão à disposição atualmente com projetos do passado. E isso não deveria acontecer. E, ele, Vereador Ricardo Borges, acha que não é uma postura correta na gestão do erário público. E com isto termina a sua intervenção. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Ricardo Borges. Deu a palavra à Senhora Vice-Presidente, Elsa Rodrigues. -----

---- A Senhora Vice-Presidente, Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou a Mesa. Cumprimentou o restante Público. Afirmou que era só para dizer que ouve tanto vangloriarem-se com os projetos anteriores do Executivo anterior. Mas só queria lembrar que o Executivo anterior esteve cá 8 anos. As candidaturas e os projetos foram todos lançados no primeiro mandato. Nenhum ficou concluído. Para todos, este Executivo teve que fazer investimento e muito grande. Só a título de exemplo, no Reservatório, que fizeram gala inaugurar, gastou este Executivo mais 176.000,00 euros. Os outros, não tem, especificamente, o valor que se gastou, mas pode-lhe trazer na próxima reunião também. Portanto, tudo isto, no fundo, quem concluiu as obras foi este Executivo. Quem fez obra foi este Executivo. Para além de que, estes projetos, como estava aqui a referir o Senhor Vereador Ricardo Borges, a investir em projetos antigos? Quer dizer, não se concluem? Deixam-se por acabar? Obviamente que tem que se investir em todas as candidaturas e projetos lançados por outro Executivo, mas foi este que concluiu. Porque o difícil não é lançar os projetos e as candidaturas. Que olhasse: Diz que este Executivo anda a dormir, ou que não faz nada. Mas, por exemplo, este Executivo tem uma candidatura ao PRR, desde 2022, do Centro Urbano de Santar que, nem sequer, resultado ainda tem. É assim que funciona o País. A Habitação ao Primeiro Direito foi também tudo submetido ao PRR, também estão à espera. E como sabe, o Cineteatro foi uma candidatura também que o Executivo ganhou, 150.000,00 euros. E vir à reunião foi o aditamento que fez. E vão, certamente, ser ressarcidos do restante valor. Para além disso, este Executivo tem outras candidaturas, que até já recebeu, não do PRR, mas do FEDER, como por exemplo, o Biorresíduos, 74.065,00 euros, basicamente, 25.000,00 euros de outra. Têm também as USF,s que o Senhor Presidente já faliu várias vezes aqui, o Radar Social, 169.187,87 euros, a Habitação a custos acessíveis que foram 6.166.000,00 euros. E, portanto, tudo isto são candidaturas que estão lançadas e que vão ser também executadas, se tiverem tempo para as fazer. Senão, outros virão para as concluir, que foi o caso deste Executivo. E, portanto, foi esta a herança que este Executivo teve. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Dirigindo-se à Senhora Vice-Presidente, afirmou que não o surpreende as suas afirmações e volta-lhe a dizer que está enquadrada na estratégia da forma de estar deste Executivo. Não o surpreende isso. Quando a Senhora diz que, realmente, quem fez obra foi este Executivo, realmente, quem fez obra foi. Que escutasse: Isto é de bradar aos céus, de bradar aos céus. E, ele, Vereador Fernando Silvério, verifica que, porque, se calhar, a

Senhora Vice-Presidente não está tão ligada às obras, imagina. Eram 30 segundos, dirigindo-se ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, ótimo, muito bem. Era só para dizer que os Senhores seus Colegas Vereadores inauguraram um equipamento que este Executivo depois fechou com financiamento acrescido de mais de 100.000,00 euros. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, agora, mais a sério, a título de excepcionalidade, como ele estava a dizer, porventura, ele começou por dizer que compreende essas palavras, considerando a estratégia e a forma de estar aqui do Executivo da Câmara. Compreende isso e para ele é natural essas suas palavras. Mas, por ventura, como não está tão ligada à questão das obras e financiamentos de obras públicas e tudo o resto, é que, se calhar, lhe permite dizer isso. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que não, que olhasse que não. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Duas coisas: Quando a Senhora Vice-Presidente, primeiro diz: Quem fez obra foi este Executivo. Quem fez a verdadeira obra foi este Executivo. E que o mais fácil, o que é mais fácil é arranjar financiamento e projetos e por aí adiante, dirigindo-se à Senhora Vice-Presidente, a Senhora Vice-Presidente está totalmente descontextualizada porque o mais difícil é arranjar financiamento. Pede desculpa, não é com essa intenção. Porque o mais difícil é arranjar financiamento. O mais difícil é arranjar projetos. O mais difícil é isto. É participações a 80%, a 85%. Isso é que é a dificuldade. E que, porventura, a Senhora Vice-Presidente não está muito por dentro desses assuntos e ele, Vereador Fernando Silvério, até admite essas considerações. Não, que o Senhor Presidente, desculpe, só pode. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, quem, verdadeiramente e o Senhor Presidente vai concordar com ele, que desculpe lá, o Senhor Presidente vai concordar com ele. O mais difícil é isso. Depois, a outra parte também é difícil, que é fazer a obra. Mas o mais difícil é arranjar financiamento, arranjar candidaturas e que as candidaturas sejam aprovadas. Isso é que é difícil, dirigindo-se à Senhora Vice-Presidente. E, mais: E chegam, para terminar mesmo. E chegam à questão do Reservatório, já falou aqui acerca disso e reconhece aquilo que se passou e algumas coisas, concordou e outras não. E está aqui para assumir isso. Dirigindo-se à Senhora Vice-Presidente, num investimento que ele agora já não sabe de cabeça qual foi, a Senhora Vice-Presidente vir com o argumento que tiveram que investir mais 170.000,00 euros, que desculpasse lá, isso é, para não lhe dizer outra coisa, sim, depois de inaugurado. Agora, depois do investimento que foi feito, do financiamento que se obteve, da obra que se fez, ou que ficou quase terminada, vir dizer que, verdadeiramente, quem fez a obra foi este Executivo porque gastou lá 170.000,00 euros. Dirigindo-se à Senhora Vice-Presidente, ele, Vereador Fernando Silvério, não lhe vai responder mais porque acha que toda a gente já percebeu de que é que estão a falar. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se já estava a sua excepcionalidade. Perguntou se havia mais alguma excepcionalidade também da Bancada dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. -

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos, dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou quem uma coisa era certa: A gente tem que também dar um bocado de dimensão às obras que se fizeram. A gente sabe que, em termos temporais. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Aires Santos que ninguém pôs isso em causa. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos continuou: Que há obras que não demoram 15 dias, demoram anos. Há algumas que até transitam de mandato para mandato. Quem vem para aqui e quem está aqui nestes lugares tem que assumir também o que vem de trás. E, depois, também tem que criar a sua imagem. Então, se a obra está a meio, vai-se parar a obra? Agora, por exemplo, obras que o Senhor Presidente disse, que deixou cair, que é caso da Ciclovia, deixou-a cair. -----



Reunião de 19/04/2024

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Aires Santos que a Ciclovia, sim, foi por opção sua. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos continuou: E que também estava financiada. E os MUPIS. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Aires Santos: A obra estava financiada, mas o remanescente estava onde? Sim, os dois, claro. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos continuou: Agora, ele não se importava, falando aqui para a Dr.^a Elsa, Colega Vereadora. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que o Senhor Presidente estava a prejudicar, objetivamente, o Concelho. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos continuou: Agora, falando aqui para a Colega Vereadora, ele não se importava de vir para uma Autarquia e receber obras por concluir. Era sinal que estava trabalho feito. Já terminou. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Aires Santos se queria que lhe trouxesse o processo dos MUPIS mesmo. Se queria que lhe trouxesse isso. Pediu ao Senhor Vereador Aires Santos que concluísse, por favor. Que concluísse. Que concluísse. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos respondeu ao Senhor Presidente que era só para dizer, quer dizer, o que ele queria dizer estava num contexto. Agora, o que ele queria finalizar era o seguinte: Não se pode mascarar todo o trabalho que foi feito até aqui. ---

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Aires Santos que não se lembra de ter dito isso. Ele não falou nisso. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos continuou: Ele não falou dos outros. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que há um pormenor que, às vezes, tem um impacto no nosso Município. Agora, eles e toda a gente que aqui esteve fez e tem já aqui uma fase longa em termos de período autárquico. E há coisas que estão muito bonitas que a gente diz e que ficam bem e que acham correto. Ele, a primeira vez que foi eleito, ainda era uma criança, que foi para a Junta de Freguesia. E a primeira coisa que ele disse foi: Eu assumo tudo o que está para trás, o que está a meio e o que há-de vir depois daqui para a frente. Até uma dívida. Então, se foi eleito tem que assumir tudo. Pronto. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Aires Santos que isso, todos eles sabiam. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos continuou: Agora, tudo o que foi feito, as obras que foram, por exemplo, o Saneamento, o Ciclo Urbano da Água. Quer dizer, isso não foi nada de especial. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Aires Santos quem é que lhe disse o contrário. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos respondeu ao Senhor Presidente que há obras que, agora que imaginasse que é uma obra para 10 anos. Faz dois mandatos. Agora, dizer, por exemplo, em coisas residuais em obras de milhões de euros, agora isso acontece muitas vezes. Que olhasse: A obra da Linha da Beira Alta também já era para estar concluída. Então, qual é o problema? Há sempre Trabalhos a Mais numa obra. Eles, até em termos particulares, sabem que quando fazem uma obra, que a obra final não é aquilo que foi programado. -----

---- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério e à Senhora Vice-Presidente, afirmou que estavam a falar em cima da intervenção do Senhor Vereador Aires Santos. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos afirmou que se retirava por uma questão de respeito à Mesa. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Aires Santos que não, que o respeito à Mesa é deixá-lo concluir. Que concluísse lá, que fizesse o favor. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos respondeu ao Senhor Presidente que já concluiu. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Aires Santos que podia concluir, a sério, que fizesse o favor. -----

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes Santos respondeu ao Senhor Presidente que estava no princípio de uma ocorrência e que, entretanto, depois de interrompido já não tem piada. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Aires Santos. Deu a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Borges. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que era mesmo uma intervenção muito rápida. Isto também já vai longo. Só a questão de corroborar aqui o que foi dito pelos seus Colegas. -----

---- O Senhor Presidente perguntou aos Senhores Vereadores que, não podia haver apartes e estão a passar a reunião a passar apartes de um para o outro. Pediu ao Senhor Vereador Ricardo Borges para concluir, por favor. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges continuou: Era só a questão, como é óbvio, antes de acontecer uma obra tem que haver um planeamento, tem que haver um financiamento, tem que se contratualizar. E reforça aqui o que o seu Colega Aires Santos disse que ainda bem que chegaram ao Executivo e ter obras planeadas, para arrancar. Tomara todos os Executivos terem essa sorte. Pronto. Mas o problema. -----

---- O Senhor Presidente pediu aos Senhores Vereadores que esperassem um bocadinho, que não levassem a mal. Afirmou que eles ainda tinham esta discussão, que não estava encerrada. Têm dois pontos da Ordem de Trabalhos que também lhe vão levar tempo, muito seguramente. É meio dia e meio. Podem ficar cá o tempo que quiserem. Estão à vontade para retomar. Mas, em abono da verdade, se os Senhores Vereadores não se importarem, pediu ao Senhor Vereador Ricardo Borges para concluir. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges continuou: O que é facto é o que ele aqui explanou na sua anterior intervenção, é o seguinte: Há aqui projetos que estavam já com capitais contratualizados e que não estão a ser utilizados. Isso é um facto. E que este Executivo optou por não avançar com eles. Também é um facto e o Senhor Presidente já o assumiu ainda aqui agora. E diz e bem, que é bom ter projetos financiados a 60%. E ele, Vereador Ricardo Borges, também o disse, a 70%, 80%, 85%. Não os podem é deixar cair porque é tirar mérito, mérito não é a palavra que ele também pretende utilizar. Mas há o esforço de anteriores, ele não esteve cá no anterior Executivo. Mas há o esforço e o respeito pelo trabalho dos Colegas anteriores. E, portanto, não é que não possa ser com esta leveza, abandonar os projetos. A questão dos MUPIS, a questão dos MUPIS é muito mal, estar na rua, aqui em Nelas e ver a questão. Ok, não se avançou com uma candidatura de 60%, 70%. Não sabe qual é era a taxa de financiamento porque não teve acesso ao projeto. Mas é melhor ter os MUPIS conforme estão, que nem publicidade têm, ou a publicidade que têm está desatualizada. Uma pessoa que chegue aqui, de passagem, vê que somos um Concelho que está, não é ao abandono, mas que está desatualizado, que nem tem o brio de atualizar a sua Agenda, ou colocar lá qualquer coisa mais genérica de forma a que uma pessoa passe e diga: Olha, não estão aqui umas lâmpadas à vista. E estava aqui o Fundo e estava aqui o capital contratualizado. Não interesse se é 60%, se é 70%, ou 80%. Só para concluir, foi dito que este Executivo. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Ricardo Borges se sabia o que é que constituía tudo nessa candidatura. Ele fala depois disso. -----

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges respondeu ao Senhor Presidente que, pronto, desconhece, mas havia uma candidatura e foi abandonada. Relativamente à questão da execução dos investimentos por parte deste Executivo relativamente a projetos. O



Reunião de 19/04/2024

que é facto e que ele referiu é que, em 2019 havia uma Despesa de Capital de cerca de 6 milhões de euros e neste momento estão a metade. Como é que se pode dizer que andamos a executar todo o trabalho que foi alavancado pelo Executivo anterior, quando se vê que a Despesa de Capital a descer muito abruptamente? Pronto. Era só o que queria dizer. Contra factos e é o que é facto. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que iam contrapor os tempos das intervenções porque neste momento e em abono da Democracia, está, claramente, tendente para a Bancada do Partido Socialista, da Vereação. Deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que só ia começar por dizer que concorda com tudo aquilo que disse a Senhora Vice-Presidente em relação às candidaturas. O que aconteceu foi que, efetivamente, quem as concluiu, financeiramente e fisicamente, foi este Executivo. E, quer queiramos, quer não, cerca de 70% do que foi pago, foi este Executivo. Depois, dizer ainda que é verdade, é verdade e os documentos provam isso. Ele não vai responder a isso. -----

---- O Senhor Presidente pediu aos Senhores Vereadores que não levassem a mal. Eles não podem ter aqui a bitola de dizer uma coisa: As pessoas dizem e pensam naquilo que foi, realmente, feito. Isto não há verdades inalienáveis. A não ser que os Senhores Vereadores assumam que a verdade é uma coisa elegível e que lhes está no ADN, que não será o caso, diz ele, Senhor Presidente. E todos têm, naturalmente, direito a fazer o seu pensamento. Se os Senhores Vereadores acham que está correto, ou não, façam o que entenderem. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério, dirigindo-se ai ao Senhor Presidente, afirmou que, pela sua parte pede desculpa e não volta a acontecer. Não, mas era só para situar porque fica muito surpreendido, mesmo surpreendido, com a experiência que o Senhor Vereador Artur Ferreira tem, com a experiência que teve aqui já nesta Câmara, o Senhor Vereador Artur Ferreira utilizar esse argumento. E, ele, Vereador Fernando Silvério, que o conhece e que conhece a passagem dele pela Câmara e que conhece, mais, ou menos, o funcionar da Câmara, fica surpreendido mesmo, fica mesmo surpreendido com algumas afirmações que o Senhor Vereador Artur Ferreira faz. E, então, já para não falar no passado dele aqui na Câmara, o passado do Senhor Vereador Artur Ferreira aqui na Câmara. E não consegue deixar de ficar, vai chamar surpreendido. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério: Mas no seu passado em quê? -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira afirmou que não sabia a que passado é que se refere o Senhor Vereador Fernando Silvério, mas isso passa para a frente. Agora, quer afirmar que, efetivamente, ele dá-lhe o exemplo, por exemplo, das ETAR,s. Nas ETAR,s não foi nenhuma candidatura que foi feita, que desculpassem lá, foi Aviso-Convite. Foi um Aviso-Convite direcionado. Não se candidataram a nada. Caiu aqui. Caiu aqui. Ele já ia dizer ao Senhor Vereador Fernando Silvério quem é que fez isso, porque é que ela caiu cá. Ele já lhe vai dizer porque é que ela caiu cá. E, se calhar, até contra ele, Vereador Artur Ferreira, que vai usar isso. A grande ETAR e as ETAR,s caíram cá, fruto do que aconteceu no Município de Nelas por causa do saneamento que cá estava. Porque estava sujeito, quer o Município de Nelas, quer Portugal, pagar coimas à União Europeia. Não foi só o Município de Nelas, foi Castro Daire, foi Arganil. Portanto, não há candidatura. É um Aviso-Convite. Está a candidatar, diretamente, para arranjar dinheiro para gastar naquelas. Portanto, não sabia. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, só para fazer um complemento disto derivado, é

impressionante, eles estarem numa reunião destas, o Senhor Vereador Fernando Silvério sabe bem o que quer e como é que consegue prever que a seguir lhe ia cortar a palavra. Deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que o Senhor Presidente já lhe conseguiu cortar a palavra mais do que uma vez. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que num curto espaço de tempo já conseguiu usar a palavra do que ele em 4 anos. Até o Senhor Vereador Fernando Silvério já o fez a ele, já o disse a ele. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que isso é argumento típico da sua última intervenção em que o Senhor Presidente esteve sempre a interrompê-lo. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira afirmou que agora estavam-lhe a cortar a palavra a ele. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que esteve a falar uma hora sem que ele, Senhor Presidente, lhe tenha cortado a palavra. Que coisa impressionante. Que coisa impressionante. Perguntou-lhe se queria saber como é que foi feita a votação da última Prestação de Contas do anterior Executivo. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu que o Senhor Presidente votou contra para não utilizarem o Saldo de Gerência. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que o último Saldo de Gerência já tinha sido aprovado, por ratificação. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o argumento é falacioso. Pediu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que não fosse, que não levasse a mal, que não fosse, intelectualmente, desonesto. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que o Senhor Presidente é que estava a ser. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se havia algum mal em votar contra. Mas, já lá vão. Que o Senhor Vereador Fernando Silvério desculpasse lá. O Senhor Vereador Fernando Silvério está a dizer que ele, Senhor Presidente, votou contra a integração do Saldo de Gerência. E, ele, Senhor Presidente, esta a dizer que não é verdade, está em ata e foi feita a ratificação depois de estar aprovado. Agora, está a dizer que ele, Senhor Presidente, votou contra? Votou. Perguntou-lhe se queria que lhe dissesse porque é que votou contra. Porque, hoje estão aqui a discutir isso. Na última votação do Relatório, ele questionou, perguntou. E perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se sabia o que é que lhe foi dito. Os seus argumentos estão feitos, vamos para votação. Está em ata. Pronto. É isso. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que há uma Despesa Corrente e há uma Execução miserável. -----

---- O Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Fernando Silvério para ir ver o histórico das Despesas de Capital. Que fosse lá ver o histórico. Havia lá muita coisa que ele não fez mal, felizmente. Daí a sua desonestidade intelectual. Que fosse lá ver, nos Relatórios dos ROC,s, o que é que é a Despesa de Capital e a Execução. Que fosse lá ver o que é a Execução das Despesas de Capital e que fosse lá à sua memória seletiva. Que fosse lá ver. Que ouvisse: Como o Senhor Vereador Fernando Silvério sabe, é, demasiadamente, evidente que as Despesas de Capital estão relacionadas com as obras. Agora se o Senhor Vereador Fernando Silvério não se importar, ele, Senhor Presidente, dava a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira afirmou que, pela sua parte, é a segunda situação, para responder também ao Senhor Vereador Ricardo Borges por causa da Liquidez Geral, a Liquidez é feita através do Ativo e do Passivo. E o Ativo e o Passivo de 2022 para 2023. Naturalmente que depois entrará também no rácio. É sempre assim. Não quer dizer que seja pior. O que seriam os dois itens, que são divididos, diminuiu, naturalmente, o Passivo. É essa a situação que acontece. Aqui é pelo contrário. Apenas um rácio, que foi o que os Senhores Vereadores falaram, que era o da dívida por habitante é que diminuiu, é que altera.



Reunião de 19/04/2024

Todos os outros melhoram os rácios. Todos os outros. Todos os outros, Portanto, é o único que, realmente, tem a ver com a dívida que falaram aqui, que piora, digamos assim. Essa é uma situação. Outra situação também, Relatórios: Podem acusá-lo de muita coisa, a ele e ao restante Executivo. Mas, ele, Vereador Artur Ferreira, não quer invocar nunca os Funcionários. A única coisa que este Executivo fez nestes Relatórios foi a introdução do Relatório da Conta de Gerência. Mais nada. Não pode. Agora, até nem tem muita vez acesso aos documentos que estão aqui, enquanto Vereador. É o Senhor Presidente. Quem tem acesso é a Contabilidade. Há acessos que são dados à Contabilidade que não são dados ao Executivo. Portanto, o Executivo não mexe nos documentos. Quando o ROC diz que os 59 dias são fruto disto e daquilo, faz é com os documentos que lhe davam, que estão na Contabilidade. Que são reportados à SISAL. E aquilo que está a acontecer no SISAL não é só com a nossa Câmara. São meia dúzia de Câmaras que têm aqui aquilo que, realmente, sai cá para fora. As outras Câmaras, mais ninguém consegue. Há sempre retrocesso daquilo. Faz-se uma alteração, vamos supor, uma alteração de janeiro, altera todos os itens para a frente. Portanto, tem havido, sistematicamente, desde que passaram, principalmente, mais competências para a DGAL, que isto acontece. Há Câmaras que, realmente, têm aquilo tudo certinho e que aparecem lá. Meia dúzia delas é que aparecem. Até, porque o Executivo também tem interesse em saber isso. E acredita que também era com os Senhores Vereadores no anterior Executivo. Ele, Vereador Artur Ferreira, acredita que possa ser isso. Não acredita que alguém possa chegar aqui e martelar uma Conta. Não pode. Não acredita nisso. Não pode ser. E, daí, também concorda com o que diz o Senhor Vereador Ricardo Borges que os números são números. Pode vê-los de uma forma e as outras pessoas podem vê-los de outra forma. Os números estão cá. Não pode é fazer, como diz o Senhor Vereador Fernando Silvério, que diz que a Execução das Receitas é uma coisa e depois, cá em baixo, diz que a Execução das Despesas de Capital já é outra. Porque, isto não há. Aquilo que ali está é tudo verdade. Agora, entende que quando ele está a olhar para uma situação, a realidade pode não ser essa. Temos que ter as Receitas com as Receitas e as Despesas de Capital com as Despesas Correntes. E, assim, é discriminado com uma coisa: A evolução da Despesa e das Receitas, quer das Correntes, quer das de Capital, quer das GOP,s, se lhe tirarmos os Relatórios que estão aqui. Estão todas tiradas. E estão aqui desde 2016, perto de 73%, o custo total das Receitas de Execução: 73%, 85%, 82%, 67%, 66%, 64%, 59%. Portanto, a média delas todas andará à volta dos 65%, 66%. Uns anos mais. Outros anos menos. E das Despesas totais é 72%, 81%, 62%, 56%, 58%, 60%, 59%. Portanto, os 59% em 2023. Os Senhores Vereadores foram a 2019 e ainda bem que lá foram. Parece que adivinharam. Parece que adivinharam. Não foram a 2020, não foram a 2021, que até foi ano de COVID-19 e aceita isso porque o COVID-19 tem as duas coisas. O COVID-19 tem as duas coisas. Até porque a ir pelo benefício até deste Executivo, como disse e bem, o Senhor Vereador Fernando Silvério, há parte da Receita de financiamento que este Executivo também recebeu, naturalmente. Mas há obras, por exemplo, a do Mercado é uma delas. Eles fizeram sem financiamento, com cerca de 270.000,00 euros de Trabalhos Complementares, são os 270.000,00 euros do Orçamento Municipal durante um ano, de 2022 e de 2023. São 270.000,00 euros. Portanto, depois têm o CRO. Naturalmente que vêm receitas dos financiamentos e que este Executivo também recebeu alguns, como receberam dos reagentes. Por isso é que há essa situação. E em 2019 que houve a transição de 2018 para 2019, 2018 ainda foi melhor, as Receitas de Capital em 2018 foram de 80%, 80%. E sabem porquê? Com a interação do contrato de empréstimo que foi feito e em 2019 aumentou também o valor do empréstimo. As Receitas de Capital não é só aquilo que a gente recebe de financiamento. Tem a ver também com os empréstimos que entram, naturalmente.

Eles, no ano passado, como já não têm empréstimos para capitalizar e a obra, realmente, não foi executado por aquilo, por opção política. Os Senhores Vereadores, que desculpassem lá, são convidados para qualquer e já lá vai, para qualquer função e têm as suas opções. Têm que estar solidários com aquilo que vem de trás e com aquilo que é aprovado, naturalmente. Mas há outras situações que não podem não fazer e se acham não fazer, podem ser criticados? Sim. Mas acha que é uma opção que a gente tem. Em 2013, em outubro, houve uma volta pelo Concelho para tirar paralelos de todo o lado que havia no Concelho. E as obras estavam a decorrer. O anterior Executivo entendeu não fazer aquelas obras e estavam lá os paralelos para fazer. Portanto, são opções que se fazem. Relativamente, agora há uma questão que gostaria de fazer ao Senhor Vereador Fernando Silvério, que ficou na dúvida, que era das Transferências Correntes. Não sabe se lhe pode fazer a pergunta, se não, o que é que ele quis dizer com o aumento das Transferências Correntes que iria tirar valor ao Orçamento para outros investimentos. Ficou na dúvida se era por o Executivo ter feito mais transferências para Instituições ou se foi por causa disso que ele queria dizer isso. Depois, há outra situação também aqui, que é dos Fundos Disponíveis e dos pagamentos em atraso e o pagamento médio a Fornecedores. Se eles lerem, naturalmente, que ele pode ler só isto: Baseado no cálculo estimado o prazo médio de pagamentos é de 59 dias. Nos Pareceres dos ROC,s dizem que foi disponibilizada toda a informação que era devida para estes efeitos. Está lá também tudo isso. E foi feito com base nisto, de documentos como que estivessem cá. É verdade é que em novembro estavam em 179 dias. E ele, lembra-se o Senhor Vereador Fernando Silvério, quando foi o Relatório Intercalar, ter falado nisso, que era o prazo médio a Fornecedores elevado e o Executivo disse que tinham que esperar pelo final do ano porque isto era anual. Porque havia um parágrafo que: Entendia que durante o Exercício foi efectuado O acompanhamento de muitos requisitos devidos no Lei n.º 8/2012, tendo conseguido cumprir os objetivos legais relativos aos pagamentos e os prazos, designadamente, os artigos que estão no Orçamento de Estado. Em 2024 a Conta 59 do Orçamento de Estado, que nos anos anteriores em relação aos pagamentos em atraso. Naturalmente, se há uma dívida a curto prazo elevada tem que se monitorizar isso. Já no ano passado houve a mesma situação. No primeiro trimestre tinham 170 dias de pagamentos médios em atraso a Fornecedores. E diz-se aqui que, naturalmente, quando entram os fornecimentos contínuos, quando entram mais esses valores, isto atrasa sempre mais um bocado. Todos os Senhores Vereadores percebem isso. E na rubrica dos Fundos Disponíveis também está aqui: A isso somos obrigados. E diz aqui: Dado que o Município teve um prazo de pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registado no SISAL, em 31 de dezembro de 2022, face a 2021. Portanto, está previsto neste ponto. Está aqui. Não foi este Executivo que o disse. São eles que lhes dizem. Portanto e custa-lhe ouvir isso. É o que lhe custa ouvir. Sinceramente, mais do que dizerem que a Execução é má, custa-lhe ouvir. Parece que o Executivo está aqui a fazer alguma coisa que parece que não é verdade. E é a verdade porque os documentos são o que são. Custa-lhe a ele, Vereador Artur Ferreira e acha que ao restante Executivo. Até porque na Aquisição de Bens e Serviços, falaram disso no início. A questão do Quadro, acho que foi o Senhor Vereador que perguntou, ou já não sabe quem foi, por causa da discriminação do que estava aqui das Despesas com Representação, foi o Senhor Vereador Ricardo Borges. Portanto, esse valor de representação tem muito em conta aquilo que aqui foi integrado com as delegações de transferências de competências. Há verbas que eles têm lá, que aqui, raramente, são aplicadas, elas, depois, têm que ser repercutidas neste Quadro. Depois, por exemplo, eles têm aqui também. É, assim: Este Quadro também é novo este ano. Eles, quando viram isto, também ficaram assustados. Não está a dizer que não. Então, vêm aqui: Serviço de Alojamento e Restauração, 383.000,00 euros. A gente pergunta assim: Onde é que a gente anda a dormir e a comer? E tem a ver com a parte da Educação também, com o fornecimento das refeições, com os transportes também. Tem a ver com isso. Também os honorários, que subiram cerca de 30.000,00 euros, têm a ver com a Prestação de Serviços efetivos, por exemplo, estão aqui os mapas. Estão aqui os mapas porque o Executivo também não fez mais porque também não sabia. Tem a ver, por exemplo, com os Advogados, com mais, especificamente, Prestação, mesmo do que é os ROC,s, a Contabilidade, o Eletrotécnico. Tudo que tenha a ver mais com a



Reunião de 19/04/2024

especificidade da função. Depois, também têm aqui outro, não sabe se os Senhores Vereadores falaram, Trabalhos Especializados, que têm a ver com mais outro tipo que é a empresa Grafinelas, os fornecimentos contínuos, muitas vezes, de promoção necessários para a Autarquia e que houve aqui um aumento também. Até para o Executivo este mapa foi bom porque ajudou também aqui a ver onde estão estes dados. Ele, Vereador Artur Ferreira, pediu só para tirar aqueles que são de maior volume, só para terem uma ideia. Têm aqui um lote, por exemplo. Têm as análises das instalações das Piscinas. Têm Paulo Cardoso Brito, que neste momento não sabe o que é. Têm a empresa Limpa Canal. Têm também a empresa Ecomadeiras. Têm tudo que seja isto, Fornecimentos contínuos, a CESAB. São vários itens da empresa Grafinelas. Depois, aqui mais, por exemplo, a questão que foi também, porque é assim: Que imaginassem esta situação. Que imaginassem não, é verdade: Dentro da Feira do Vinho há o custo da Feira do Vinho, mas a especialização depois de cada verba que é gasta vai à conta que é gasta. Por exemplo, há Trabalhos Especializados que podem estar na verba geral da Feira do Município, na rubrica da GOP. Mas, depois, em termos de Contabilidade, é dividida por várias contas e está aí tudo nessas contas, que é uma empresa que faz isso. Portanto, eles, quando viram isto ficaram assustados e preocupam-se e não foi isso que ele saiu daqui. Pelo contrário. Puseram em dois lados. Puseram, está no Anexo e está também no Relatório de Conta de Gerência, também para os Senhores Vereadores ficarem com essa ideia até porque também teve interesse em lhes explicar que é para verem isso. Têm também, só para terminar, também depois falará. Em relação a 2019, por acaso, ele, Vereador Artur Ferreira, tinha estado aqui, não sabe porque é que foi, parece que é pensamento. Mas foi por acaso, que ele tinha aqui o Relatório da Conta de Gestão de 2019. E há aqui coisas que, realmente, diz: Os bons resultados financeiros económicos e orçamentais indiciam também um prazo de pagamento a Fornecedores no ano de 2019 que continuaram a ter períodos legais abaixo dos 71 dias. Portanto, este Executivo está a 59 dias, dentro da mesma situação. Diz também aqui: O início do Ciclo Urbano da Água e com vista a resolver o problema principal do Município de Nelas, que é a falta de água, um sonho que tem em vista a construção do Reservatório de 4.000 m³ que se prevê estar pronto no final de 2020. Nas Habitações Sociais podemos começar em 2020 e anos seguintes. Portanto, há aqui situações que são opções políticas, naturalmente e que eles criticaram também, se calhar, na altura, fruto daquilo que eles tinham também conhecimento à data. E, que, realmente, também não se concretizaram, a verdade é essa, por qualquer motivo. Como disse o Senhor Vereador Aires Santos e bem, pelo COVID-19, por falta de empreiteiros. Mas, a verdade é que foi este Executivo a resolvê-los. Por quem cá estivesse, tinha que ser a resolvê-la. Essa é que é a verdade. E tudo isso, durante estes dois anos, tirou ao Executivo capacidade para, se calhar, fazer aquilo que podiam ter feito até. Podiam fazer, como em 2014, que podiam ir, se calhar, buscar os paralelos todos das Freguesias e começarem a fazer obra nova. Foi o que aconteceu em 2014. E o Senhor Vereador Fernando Silvério sabe que é verdade. Portanto, houve Câmaras, por exemplo, a Câmara de Lisboa que tinha a Feira Popular para construir e disse que não fazia e estava também com financiamento. Portanto, são opções políticas. Que o deixassem dizer também e aí, sim, julgar-se, ser julgados por aquilo que este Executivo quer fazer a partir de agora, porque até agora estiveram aqui a tapar esta situação. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que só duas, ou três linhas também. Julga que os pontos de vista estão, todos eles, perfeitamente, evidenciados. As explicações, ou as questões que foram colocadas, foram respondidas pelo Senhor Vereador Artur Ferreira. Últimas considerações que possa haver, vai tentar resumi-las e também tentar informar, sendo certo que, naturalmente, a aceção que eles têm da análise do documento, não mudará, evidentemente, o

que eles possam falar. Mas, naturalmente, falarão sobre o assunto. Para falar numa questão que lhe parece importante sobre a questão da estratégia errada, invocada, que é um argumento que é plausível, dizer aos Senhores Vereadores uma coisa que lhe parece evidente, que é o que se passam por aqui. E que, naturalmente, o que ele, Senhor Presidente, vai dizer não quer dizer que os Senhores Vereadores do Partido Socialista concordem com ele e, provavelmente, não concordarão. Mas eles estão a falar aqui, quando se fala o que vinha de obras e de execução das obras e de não deixar cair obras, ou desistir de um, ou outro projeto, dizer, naturalmente, aos Senhores Vereadores que se continuam e que se mantêm os projetos, como o Senhor Vereador Aires Santos também estava a falar. E isso foi executado. Não é isso que eles estão a falar. Ele, Senhor Presidente, vai retirar já a Ciclovia e o Ciclo, que ficam de parte. Vão falar já do remanescente. O que eles estão a falar aqui é, claramente, de um Quadro Comunitário que tem reflexos que não é num ano. No Quadro Comunitário há tempos para tudo. Obviamente que eles estão a falar de um Quadro Comunitário que terminou em dezembro de 2023. Tudo o que era a gestão, as disponibilidades financeiras da Autarquia foram, basicamente, alocadas para fazer a conclusão dos projetos que derivavam do Quadro Comunitário, que tinham que ser, obrigatoriamente, concluídos, sob pena de, ao não cumprir, entrarem em incumprimento e serem lesados por causa disso. E da outra questão, também não menos importante, terem direito às participações dos investimentos que estavam feitos. Ele, Senhor Presidente, recorda também que nessa questão sobre o que vinha do passado e assumir essas questões, ele recorda que no Ciclo Urbano da Água, que estão sempre a falar nela, nas ETAR,s, no Reservatório e bem, havia uma obrigatoriedade que estava dependente do que eram essas candidaturas, que eles falam, que foram planificadas, que os obrigavam enquanto Câmara Municipal, a fazer a atualização do tarifário da água até, pelo menos, 90%. Ele recorda que, independentemente, dos cálculos que possam estar feitos, ou não, que são debatíveis, o que era importante é que isso fosse aprovado. Se não fosse aprovado, eles teriam que devolver mais de 6 milhões de euros e participação que tiveram no Ciclo Urbano da Água. Quem é que viabilizou o compromisso assumido e bem, pelos Executivos do Partido Socialista para não serem penalizados, Foi uma votação aqui na Câmara onde os Senhores Vereadores do Partido Socialista votaram contra. E ao votarem contra essa questão do tarifário da água inviabilizava, claramente, a questão da participação dos Fundos Estruturais que foram aplicados. Portanto, virem dizer que este Executivo não tinha responsabilidade institucional do que vem de trás, foi este Executivo que assumiu isso. Ele, Senhor Presidente, recorda-lhes e pede-lhes desculpa, mas quem votou contra o tarifário, que se fosse aprovado isso, teria sérias implicações no financiamento que tiveram do Ciclo Urbano da Água, foram os Senhores Vereadores do Partido Socialista. Então, vão falar do que é e rapidamente, que ele, Senhor Presidente, acha que é a parte que também resume o que possa ser o debate da Prestação de Contas e o que o Executivo faz nas reuniões e bem, e fora delas, que é o trabalho político que cada um tem que fazer. Eles estiveram a fechar um Quadro Comunitário até 2023. Até 2023 foram feitas opções. Foi o entendimento deste Executivo que esses dois projetos, em particular, não quer dizer que não pudessem ser exequíveis, ou que não tivessem alguma validade. Ele, Senhor Presidente, da Ciclovia, tem reservas. O seu conceito de Ciclovia é um outro, que é o que este Executivo gostaria de concretizar também e que poderá haver abertura de financiamento para essa área. Uma Ciclovia, para ele, Senhor Presidente, não é urbana, até com os constrangimentos que tem. Têm uma Ciclovia que passava por habitações, por espaços comerciais, que a tornaria. Pediu ao Senhor Vereador que fosse lá ver o traçado. Não é ele, Senhor Presidente, que o está a dizer. Que o Senhor Vereador fosse lá ver o traçado e que fosse lá ver como é que está aquilo. Portanto, eles estão a falar de um traçado onde estão lá casas, onde estão estabelecimentos comerciais, onde estão empresas, no sentido comercial também, instaladas, que têm acesso diretamente ao traçado que era. Agora, não é só essa questão. Para ele, Senhor Presidente, uma Ciclovia, para o Executivo, uma Ciclovia é uma Ciclovia que privilegie, de alguma maneira, a riqueza grande que o Município tem de natureza. É a aceção. É discutível? É. Portanto, este Executivo não achou a parte em priorizar em tudo o que tinha, porque o que tem financiamento não quer que não tenha um remanescente. Mesmo, ou a APR, ou a Área de



Reunião de 19/04/2024

Acolhimento Empresarial têm financiamento, têm um empréstimo e depois têm uma parte do Orçamento Municipal. A APR tem quase 500.000,00 euros do Orçamento Municipal. Apesar do empréstimo de quase 1,7 milhões de euros, que aprovaram e toda a gente se revê naquilo e da comparticipação ter aumentado para 1.250.000,00 euros, de 950.000,00 para 1.250.000,00 euros de aumento, o certo é que nem com esse valor se conseguia concretizar todo o valor da obra. Nem estas. Nem outras. Os Senhores Vereadores também sabem isso. Há que recorrer também ao Orçamento Municipal. E é isso que o Executivo tem feito aqui. Com os constrangimentos? Sim. Com uma Tesouraria apertada? Sim. Com bastantes dificuldades, às vezes, para o Executivo conseguir o que lhe é obrigado e exigido e que tem que cumprir? Sim. O que obrigou o Executivo, naturalmente, a que não pudesse fazer, que Senhor Vereador ouvisse: A Coligação ganhou as eleições e a esmagadora maioria das Freguesias até são da Coligação. E, naturalmente, que os Senhores Presidentes de Junta e o Executivo também, quem é que não quer fazer obra? Quem é que não quer fazer intervenções? É só porque eles andam aqui numa bolha, ou, completamente, fora do contexto? Não. O Executivo sabia que havia um objetivo claro: Fechar, fechar. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Aires Santos, pediu-lhe que não levasse a mal. Ele, Senhor Presidente, tem muito respeito pelo Senhor Vereador Aires Santos. O Executivo fechou um Quadro Comunitário. O Executivo tem um mandato de 4 anos, onde o primeiro ciclo do mandato. Pediu desculpa à Senhora Vice-Presidente e ao Senhor Vereador. Que o deixassem concluir também. O primeiro ciclo do mandato foi, claramente, o encerramento de um Quadro Comunitário que tinha responsabilidades financeiras acrescidas que não podiam ser corridos riscos. Foram tomadas opções e o Executivo responde perante as opções. E é assim que funciona. Ele, Senhor Presidente, teve respostas no Executivo anterior que lhe parecem corretas: Seremos julgados no sítio próprio, no ato eleitoral, pelas opções que tomaram. E, a ele, Senhor Presidente, parece-lhe correto o raciocínio. Que o Senhor Vereador fosse lá ver às atas que vê que ele, Senhor Presidente, tem razão. Agora, o que eles estão a falar é assim: A gestão do que tem sido feito até agora, ele, Senhor Presidente, nunca lhe falou dos 800.000,00 euros do ano passado. Ele, Senhor Presidente, disse ao contrário. As pessoas até ficaram com a perceção que aquilo significava dinheiro vivo, dinheiro para investir. Não é. Os Senhores Vereadores sabem isso. É um exercício contabilístico e financeiro. Da mesma forma que, ele, Senhor Presidente, já usou isso, eles falaram, por exemplo, desde 2017 a 2021, foram sempre resultados todos negativos. Aliás, pedia desculpa, cinco Resultados, quatro negativos. Um positivo de 30.000,00 euros. E, ele, Senhor Presidente, reclamava do acumular também. E, bem. E os Senhores Vereadores podem dizer o mesmo, praticamente. Mas, eles, aqui, fecharam um Ciclo que eles sabem que os Senhores Vereadores têm a noção. Em todas as empreitadas o Executivo tem que meter dinheiro. Mas que os Senhores Vereadores somassem o que o Executivo tem que colocar a mais na Av.^a João XXIII, no Mercado Municipal, no CRO, nas ETAR,s. Só para ficarem com uma ideia, para funcionar o Reservatório, o que estava lá não é a mesma coisa. E há outras empreitadas que depois deixam até para uma próxima reunião, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério, quando lhe disse que, com todo o gosto, tem, porque têm opiniões divergentes, têm opções diferentes, que são naturais, desde que, naturalmente, respeitem as opções que cada um tome. É para isso que foram eleitos. Agora, é questionável? Pode ser colocado em causa? Sim. Portanto, ele, Senhor Presidente, resumiria isto: Esta primeira metade de mandato é, claramente, um mandato que está muito amarrado aos compromissos que vêm de um Quadro Comunitário anterior. E que teve que se arranjar maneira de se fazer a parte do financiamento para que não fosse lesado o Município, ou não tivesse direito às comparticipações financeiras dos projetos. E,

naturalmente, têm um Quadro Comunitário novo que vem aí e ele, Senhor Presidente, até já está a falar já até do ponto seguinte. Um Quadro Comunitário que vem aí, que será começado por este Executivo e poderá, ou não, ser por este Executivo, ou por outro, porque será, ou por outros, porque é até a um ano, mas depois vai ser prolongado e vai até 2030. E, provavelmente, será alavancado no futuro. E, muito provavelmente, muito do que lá está pode ser reprogramado, como já aconteceu, eles já reprogramaram até candidaturas. Não foram eles, Executivo, foram eles, Câmara. Portanto, quem vier em 2025, seja quem for, pode, perfeitamente, pegar no que está lá e o que está lá foi aqui até consensualizado entre eles, Câmara. De alguma forma, revêem-se no que está lá das linhas gerais. Mas têm um Quadro Comunitário que tem somente 5,5 milhões de euros alocados para o Município de Nelas na fase da fefização, que é menor, por exemplo, do que eles tiveram direito só no Ciclo Urbano da Água. Mas, como está feito este Quadro Comunitário havia antes abertura para aderir a vários Programas e várias candidaturas. Agora, é no PT 2030. O que é que abre de novo? Algumas que aparecem em sede de PRR. E nas que aparecem em sede de PRR, o Executivo tem candidatado, não só naquelas que a Senhora Vice-Presidente disse, mas na questão da Requalificação do Centro de Saúde o Executivo ganhou muito. Ele, Senhor Presidente, já nem vai fazer as considerações políticas. Têm uma comparticipação de 100% e o remanescente do IVA é pago, está no Protocolo. É isso que está no Programa. Não é o Executivo que o diz. É pago pelo Orçamento de Estado. O Executivo, neste momento, vai lançar a empreitada, já decorreu o processo da Revisão do Projeto. Agora, há a reconciliação entre o Projetista e o Revisor do Projeto. E o Executivo está em condições de lançar o Aviso Público e abrir a candidatura, muito provavelmente, no início do próximo mês. Perguntou aos Senhores Vereadores se sabiam qual era a sua amargura maior. É eles terem estas condições todas, aquele património vai passar a ser municipal e haver a possibilidade que existe, como aconteceu na APR, de não haver gente que concorra e que não se candidate. Essa, para ele, Senhor Presidente, é que é a coisa que mais o assusta. É terem um financiamento a 100%, com IVA pago. Uma infraestruturas decisiva e importante, que vai passar para a posse da Câmara e poder correr esse risco. Iso é que o assusta seriamente. Mas, em PRR e estava no Programa do Executivo e no Programa do Partido Socialista e acha que no de toda a gente que tem a ver com habitação, a fixação da população. É um Programa que abriu. O Executivo candidatou-se à Habitação a Custos Acessíveis, que tem um potencial enorme para a Regeneração e Requalificação Urbana de todo o Concelho, e em particular, permitir que haja a fixação da população, em particular, dos Jovens. E uma coesão territorial que seja feita por todos os territórios. Tem uma parte que é do domínio público. São 6,2 milhões de euros. E também aí é assustador porque o prazo de execução é curtíssimo. Eles abriram isto, o Executivo concorreu. Já está no IHRU, que ainda está a agilizar isto. Entretanto, o Executivo já a submeteu. Mas têm até junho de 2026 para ter tudo, a execução de 6,2 milhões de euros. E não é muito fácil porque o IHRU deixa para a Câmara a contratualização. Portanto, quem gere a parte financeira, quem faz a avaliação é o IHRU. E isto, rapidamente, vai concorrer. Há uma parte do edificado municipal, do domínio público e que espelha tudo o que está espalhado nas Freguesias, as Escolas Primárias que estão abandonadas, os espaços públicos que não estão abandonados, foram colocados todos ali, como eles falaram, como foi aqui. Mas também lá há do domínio privado 2,4 milhões de euros. Vai sair o Aviso Público, lançado e qualquer Município se pode candidatar. A negociação é feita diretamente com o IHRU. Não tem nada a ver com o Município. Os Municípios aceitam, ou não, o valor e aquela casa é intervencionada. O desafio que o Executivo lançou aos Senhores Vereadores e na altura, também aos Senhores Presidentes de Junta é que informem, o Executivo vai fazer tudo também, mas que informem toda a gente e que eles próprios também pensem no território numa grande oportunidade. Estão aqui, por exemplo, a falar numa questão que falaram com o Senhor Presidente de Canas de Senhorim. Há um anseio grande de uma requalificação urbana, já em Canas de Senhorim, antiga, do Rossio antigo. É uma oportunidade soberana. Há financiamento. Estão a falar de Habitação a Custos Acessíveis, com classe média de jovens a habitar lá, de o Executivo o fazer. Não quer dizer que o Executivo o consiga fazer. Mas tem que fazer esse caminho. O migrar candidaturas, pode-se perder tempo nalgumas coisas, mas



Reunião de 19/04/2024

vale o que vale. Na questão do Primeiro Direito está a aplicação, mesmo a nível nacional, toda ela atrasadíssima. Todos os Municípios foram para o PRR. Da mesma forma que se fosse o Partido Socialista eleito, ele, Senhor Presidente, também está em crer, naturalmente, que iria para o PRR. Não tem dúvidas disso. O facto de não ter feito o Primeiro Direito não foi este este Executivo, foi este Executivo e todos os Municípios. Então, uma janela de oportunidades com 100% de financiamento, vão perdê-la? Não. Como os Senhores Vereadores sabem, no Primeiro Direito, o Protocolo que o Executivo tinha na altura com o IHRU tinha um financiamento de 60%, se a memória não o atraiçoa. O que obrigava, naturalmente, o remanescente, 2.200.000,00 euros, julga ele, Senhor Presidente, seriam comparticipação do Município, que teria que recorrer, naturalmente, ao empréstimo porque o Executivo não tem Orçamento para isso. Agora, perderam tempo? Não porque o próprio processo em si continua desta maneira. O resultado foi melhor? Foi. E é nesse sentido que lança e sobre a questão, julga que o Senhor Vereador Artur Ferreira respondeu. Não se dá respostas a tudo. Mas podem voltar a mais alguma coisa, mas já são 13 horas. No que consubstancia aqui e na parte do que é uma Prestação de Contas e a estratégia do Município, tem a ver com a aprovação do ITI, do PT 2030, dos investimentos, muitos dos investimentos que lá estão são globais. Mas não vão ao encontro do que são, naturalmente, os anseios das Juntas de Freguesia para o investimento que é feito. O que o Executivo acha que faz sentido e já está a avançar para o outro ponto, é haver uma espécie de ITI à escala concelhia. Desta feita, com o espelho de todas as que são, dentro do condicionalismo, obviamente que o próprio valor que ali está não é suficiente para implementar as empreitadas e as obras e as intervenções, todas elas, consensualizadas com os Senhores Presidentes de Junta. O documento que está aqui resulta da reunião com todas as Juntas de Freguesia e com o que era a visão do Município e o consenso e o acordo das Juntas de Freguesia. Todos os montantes, todas as rubricas, são consensualizadas com todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. A dotação que havia era de 1,7 milhões de euros, que era a dotação que estava disponível e que o Executivo achou que faria sentido ser feita. E foi feita a distribuição no princípio da fefização também, como é feito com o Executivo. É uma questão de coesão territorial. Houve até uma certa, em termos de investimento territorial, um desinvestimento aparente e é visível, na Freguesia de Nelas porque, em abono da verdade, não sendo investimentos em Nelas, mas têm repercussão também em parte da Freguesia, como, por exemplo, o Projeto da Condução do Depósito Velho até à Rotunda é em Nelas. Há uma Beneficiação na parte urbana. Mas no que é a parte que é ainda mais substancial, que é em tudo que está lá por baixo, tem implicância para o Concelho inteiro. Mas é uma questão de justiça e de coesão territorial. E, portanto, basicamente, ele, Senhor Presidente, acha que é isso que marca. Obviamente que cá estarão depois para ver se o que estão aqui a apregoar depois se bate a bota com a perdigota. Que os Senhores Vereadores desculpassem o eufemismo. E, se as empreitadas são feitas. Se há execução de Despesa de Capital. Se há, eventualmente, na próxima Prestação de Contas de 2024, é diferenciada, ou não. Que deixasse que dissesse aos Senhores Vereadores, o Executivo já enfatizou isso, que em termos da transferência que há de FEF, houve um reforço significativo dos valores que ficam para trás e isso, claro, que é uma boa notícia para as Autarquias. Agora que é, em síntese, o que é a estratégia do Executivo. Rebatível? Sim. Discutível? Sim. Mas é esta. Posto isto, ele, Senhor Presidente, não sabe se há mais alguma intervenção que os Senhores Vereadores queiram fazer, ou que põem a votação, com declaração de voto. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que, relativamente ainda

à Prestação de Contas, ele, de uma forma geral, já enunciou aquilo que queria dizer. Vê a dificuldade do Senhor Vereador Artur Ferreira em tentar justificar porque as Contas são aquilo que são em termos da Execução, da diminuta Execução, nomeadamente no que diz respeito na Receita de Capital e na Despesa de Capital, que tem a ver com os investimentos. Já lhe explicou isso. O Senhor Vereador Artur Ferreira também utiliza ali um argumento da questão do Relatório que fala acerca dos ROC,s de 2022. Fala lá em 2022 que não tem nada a ver depois para 2023. Não sabe se é um lapso, ou não, do ROC. Mas também quer dizer uma coisa ao Senhor Vereador Artur Ferreira: Como é óbvio e eles nunca discutiram isso, ele, Vereador Fernando Silvério, nunca discutiu isso, a legitimidade de que está no Executivo para fazer as opções que entender. Como é óbvio. Como é óbvio. Agora, eles têm também o dever e o direito de não concordar e apresentar alternativas. Não é porque os Senhores acham isto que tem que ser assim. Não, foi isso que ele, Vereador Fernando Silvério, depreendeu das palavras do Senhor Vereador Artur Ferreira. Que desculpasse lá. E quando vem aqui falar de paralelos, pois o Senhor Vereador Artur Ferreira deve conhecer essas histórias. Ele, Vereador Fernando Silvério, não conhece essas histórias, não conhece essas histórias, nem se revê em nada disso. Não se revê em nada disso, nem conhece essas histórias. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira, afirmou que também admitia que o Senhor Vereador Artur Ferreira também veio para aqui mais, como falava o Senhor Vereador, do que tapar esta situação. Também que não fosse assim, tão, tão, digamos assim, tão duro com ele próprio. Veio para aqui só para tapar esta situação. O Senhor Vereador Artur Ferreira tem responsabilidade. E também tem responsabilidade nas opções que faz, como é óbvio. Havia projetos, candidaturas, obras, umas já adjudicadas, outras terminadas e os Senhores disseram: Não vamos fazer. Ou vamos deixar cair esta obra que já tinha este financiamento. E é legítimo. Têm essa legitimidade em termos democráticos, como é óbvio. Agora, não queiram é que eles, Vereadores do Partido Socialista, concordem só porque sim. E, ele, Vereador Fernando Silvério, volta a dizer que, objetivamente, objetivamente, estão a prejudicar o Concelho. Mas isso é ele, Vereador Fernando Silvério, na Área de Acolhimento Empresarial e tudo o resto e tudo o resto. Por isso, que não viessem cá agora com o argumento, agora, novo, que a primeira parte do mandato foi por causa de fechar o PT 2020 e das obras e não-sabe-o-quê.

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que não foi só isso que foi falado. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que desculpasse, mas que foi isso que disseram, esse argumento. Que ele acha que esse argumento, ele, Vereador Fernando Silvério, nem vai catalogar esse argumento. Nem vai catalogar esse argumento porque acha que é demasiado. Bom, nem vai catalogar esse argumento. Por isso, eles têm todo o direito, que irão fazer, ele irá fazê-lo, quando não concorda, dizer. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que nunca lhe foi recusado isso. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que sim, mas que estava ele a dizer. Parece que estão aqui, o Executivo, fazemos o que queremos, e depois logo se vê. Não, que o Senhor Presidente desculpasse. Ele pensa que não. Mas não sabe se alguém tem essa noção, do Executivo. Mas, se tem, que a perca, então. É um conselho. É um conselho. Que desculpassem lá. Têm toda a legitimidade de tomar as opções que querem, como é óbvio. Estão legitimados para isso. Mas eles, Vereadores da Oposição, também estão. Mas eles também estão. E está, demasiadamente, evidenciado aquilo que se tem passado. E está, demasiadamente, evidenciado, as pessoas com quem têm falado e os empresários, volta-lhe a trazer para aqui essa questão, o que se está a passar e a forma como se está a passar e as coisas que se estão a passar e as coisas que se estão a passar. Mas, vão ver. Vão ver. Por isso, o Senhor Vereador Artur Ferreira não consegue escamotear a questão da Conta, que o endividamento subiu, a situação financeira era tão, O endividamento subiu. --

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que já lhe foi dito o contrário. -----



Reunião de 19/04/2024

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério perguntou ao Senhor Presidente que já foi dito o contrário. Então, estão errados estes quadros? Que o Senhor Presidente desculpasse lá. E o Senhor Presidente não respondeu à questão do Diferimento. A que é que diz respeito este Diferimento? Não respondeu. Não respondeu. Por isso não consegue esconder esta Execução e a dívida a Fornecedores e a dívida a Fornecedores. Uma dívida galopante. Uma dívida a Fornecedores. E, para terminar mesmo, dirigindo-se ao Senhor Presidente, também mesmo. Quando o Senhor Presidente vem falar no aumento da água, é verdade. Votaram contra. Votaram contra aquela proposta de aumento de água porque eles disseram-lhe aqui e demonstraram-lhe, porque quando perguntaram ao Senhor Presidente aquilo que foi reportado à ERSAR, o Senhor Presidente não sabia, não sabia o que foi reportado, os custos que foram reportados à ERSAR e quais eram esses custos, quais eram as modalidades. Não sabia. Tinha respondido aqui que não sabia. Que não sabia. Que não sabia, que desculpasse lá, que não sabia aquilo que tinha sido reportado à ERSAR. E, naturalmente, aquilo que é reportado à ERSAR teve depois influência no grau de recuperação dos custos. E, eles, Vereadores do Partido Socialista, evidenciaram-lhe que o aumento poderia ser menor, considerando determinados parâmetros. E o Senhor Presidente, não. Mas isso está na sua declaração de voto. Está na sua declaração de voto. Por isso, quando os Senhores disseram que nem sequer sabiam aquilo que era reportado à ERSAR, como é que? Então, ele, Vereador Fernando Silvério, vai-lhe trazer, então a ata onde lhes foi perguntado, que não sabiam o que estava nesse reporte. Então, como é que os Senhores queriam, como é que alguém pode querer atuar perante uma coisa que desconhece? Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que se conseguissem reduzir os custos. Ele, Vereador Fernando Silvério, nunca viu aqui nenhuma resposta do seu Executivo de que ele fez parte, nunca veio a reunião de Câmara nenhuma proposta. Nunca veio nenhuma proposta de aumento de tarifário a esta reunião de Câmara. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que, nisso, tinha razão. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que, pois tinha. E eles, é óbvio que, considerando aquilo que é reportado à ERSAR, nomeadamente, os custos, naturalmente, que depois tem que haver um grau de recuperação dos custos, naturalmente, depois podem. -----

---- O Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que lhe deixasse só fazer uma pergunta: Suponha que tem razão e que o cálculo de custos não está certo e os Senhores Vereadores não se reveem nele? Não sabe que, ao fazer isso, teriam que devolver 6 milhões de euros? -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que não tem nada a ver com isso. É a montante. Não, sejamos sérios, toda a gente disse aqui sempre no anterior mandato que teria que haver sempre uma atualização do tarifário. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério porque é que não foi feita. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Sempre foi dito isso. E ele sabe o que é o Senhor Presidente dizia. -----

---- O Senhor Presidente respondeu que não era ele, que não era ele, que o Senhor Vereador Fernando Silvério estava enganado no Vereador. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu que não, que o Senhor Presidente também falava. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que estava enganado. Que fosse lá ver às atas. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que sempre foi referido isso. E quando veio a proposta, eles disseram-lhe onde, eventualmente, podiam cortar nos custos para reduzir. Certo? Por isso, quando o Senhor Presidente vem aqui falar na água, é verdade, é verdade. Mas, o Senhor Presidente desconhecia por completo a questão dos custos que eram imputados. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se sabia que, eventualmente, se a Câmara chumbasse esse tarifário de água, quais seriam as consequências. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que, assim como também sabia quando o Senhor Presidente votava contra as prorrogações das ETAR,s tinham que devolver o dinheiro. Que desculpasse. Contra aquele aumento. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que isso era um paradoxo votar contra o Executivo, no Ciclo Urbano da Água, votarem contra que podia inviabilizar e teriam que devolver os 6 milhões de euros. Que coerência fantástica. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que votaram contra aquele aumento, exatamente. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que votaram contra aquele aumento que sabiam que era obrigado ser feito. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que não era preciso aquele aumento. Afirmou que não era o documento, mas era o valor. Não era preciso ser aquele valor. Aquele aumento de tarifário podia ser. Afirmou que o Senhor Vereador Artur Ferreira não estava a perceber. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que quem fez aquele documento foi o próprio Partido Socialista. Foi o Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Borges da Silva, que assinou o documento. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que o Senhor Vereador Artur Ferreira ainda não percebeu, ainda não percebeu. Ele ia-lhe explicar, mas ainda não percebeu. Não percebeu. Não percebeu. Vai-lhe explicar. O Senhor está a falar é a jusante daquilo que já foi o resultado do tarifário. Sim, do tarifário. Ele, Vereador Fernando Silvério, está-lhe a falar a montante, aquilo que era possível fazer para reduzir o grau de recuperação de custos e que podia influenciar. Perguntou ao Senhor Vereador Artur Ferreira se não percebia. Perguntou ao Senhor Vereador Artur Ferreira se não estava a perceber aquilo que ele, Vereador Fernando Silvério estava a dizer. Se calhar, não se está a fazer entender. Não está a conseguir fazer-se entender. Pronto. Compreende. -----

--- O Senhor Presidente afirmou que não sabia o que é que o Senhor Vereador Fernando Silvério queria com o alcance dessa sua afirmação, mas, pronto. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que o Senhor Presidente não estava a perceber. Ele, Vereador Fernando Silvério, está a dizer que é ele que não está a conseguir fazer entender, dirigindo-se ao Senhor Presidente. Perguntou-lhe o que é que queria que lhe dissesse. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se lhe podia pedir para concluir, se não se importasse. -----

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Exatamente, agora esta questão deste primeiro mandato, que agora o argumento é que tem a ver com o fecho do PT 2020, isto só, só lembra a este Executivo, como é óbvio, como é óbvio. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que era só para aquela parte foi colocada, só a talhe de foice, responder só a essa situação. Se calhar, era bom, então, trazerem para conhecimento aquilo que estava previsto para a atualização do aumento do tarifário da água. O que foi dito aqui por ele, Vereador Artur Ferreira, ele está a dizer ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Não, não



Reunião de 19/04/2024

está a brincar, não brinca com coisas sérias. O que estava previsto, este Executivo chegou aqui e trabalhou nesta proposta, aceite pelo anterior Executivo, ao Senhor Presidente, como quiserem. Está ali assinada por ele. Foi faturada, o valor pago à Entidade contratada. Não foi por este Executivo. Portanto, está ali tudo. Que vão trazer para conhecimento. Está ali tudo.

---- **A partir daqui, devido a um problema técnico, esta reunião não ficou gravada.** -----
 ---- Neste ponto intervieram ainda o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Fernando Silvério. -----

---- Postos à votação os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2023 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas, foram os mesmos aprovados, por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral e dos Senhores Vereadores Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Artur Jorge dos Santos Ferreira e Rui Pedro Silva Marques e três votos contra, dos Senhores Vereadores Fernando António Pais Silvério, Aires Manuel Antunes dos Santos e Ricardo Manuel Salvador Borges, os quais deverão ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

2.2.CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA DESPESAS DE INVESTIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 49.º E SEGUINTE DO REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS – RFAL – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente uma Proposta de Deliberação do Senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de abril de 2024, que a seguir se transcreve: -----

---- “PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS NAS FREGUESIAS -----

---- Considerando que: -----

---- - Nos termos do n.º 1 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, que aprovou o RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais) “Os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos”. -----

---- - O Município de Nelas registava, no final de 2023, conforme apuramento constante do Relatório de Gestão de 2023, de aproximadamente sete milhões de euros, a que corresponde uma capacidade de endividamento efetiva para 2024 de aproximadamente dois milhões e oitocentos mil euros. -----

---- - A necessidade de promover um conjunto de investimentos estruturantes para as Freguesias do Concelho de Nelas. -----

---- Propõe-se que a Câmara Municipal de Nelas delibere, no uso das competências próprias previstas no art.º 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar: -----

---- - A abertura do procedimento de contratação do Empréstimo para Financiamento de Investimentos nas Freguesias, nos termos do n.º 1, do art.º 51º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, no valor 1.700.000,00 € (um milhão e setecentos mil euros), para a realização dos seguintes investimentos: -----

Freguesia	Investimento
Freguesia de Nelas	215.000,00 €
Freguesia de Canas de Senhorim	363.000,00 €
Freguesia de Carvalhal - Aguieira (Carvalhal)	175.000,00 €
Freguesia de Carvalhal - Aguieira (Aguieira)	83.000,00 €
Freguesia de Santar - Moreira (Santar)	234.000,00 €
Freguesia de Santar - Moreira (Moreira)	45.000,00 €
Freguesia de Vilar Seco	153.000,00 €
Freguesia de Senhorim	288.000,00 €
Freguesia de Lapa do Lobo	144.000,00 €
Total a Financiar	1.700.000,00 €

---- - O Caderno de Encargos do procedimento, anexo à presente proposta e que aqui se dá por integralmente reproduzida. -----

---- - A lista das entidades a convidar, nos termos do n.º 5, do art.º 49º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, designadamente: - Caixa Geral de Depósitos, SA; - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato, CRL; - Banco BPI, SA; - Banco Santander Totta, SA; - Novo Banco, SA. -----

---- Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere conceder ao Presidente da Câmara Municipal as seguintes competências: -----

---- - Proceder à nomeação do Júri: -----

---- - Proceder à resposta a pedidos de esclarecimento; -----

---- - Proceder à aprovação do Relatório Preliminar do Procedimento e realização da Audiência Prévia; -----

---- - Proceder à aprovação da minuta do(s) contrato(s) de empréstimo.” -----

---- Neste ponto intervieram várias vezes o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Artur Jorge dos Santos Ferreira e Fernando António Pais Silvério. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral e dos Senhores Vereadores Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Artur Jorge dos Santos Ferreira e Rui Pedro Silva Marques e três abstenções dos Senhores Vereadores Fernando António Pais Silvério, Aires Manuel Antunes dos Santos e Ricardo Manuel Salvador Borges, aprovar a abertura do procedimento de contratação do Empréstimo para Financiamento de Investimentos nas Freguesias de Nelas, Canas de Senhorim; União de Freguesias Carvalhal Redondo – Aguieira (Carvalhal Redondo); União de Freguesias Carvalhal Redondo – Aguieira (Aguieira); União de Freguesias Santar – Moreira (Santar); União de Freguesias Santar – Moreira (Moreira); Vilar Seco, Senhorim e Lapa do Lobo, nos termos do n.º 1, do art.º 51º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, no valor 1.700.000,00 euros (um milhão e setecentos mil euros), bem como: o Caderno de Encargos do procedimento, anexo à proposta e que aqui se dá por integralmente reproduzida; a lista das entidades a convidar, nos termos do n.º 5, do art.º 49º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, designadamente: - Caixa Geral de Depósitos, SA; - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato, CRL; - Banco BPI, SA; - Banco Santander Totta, SA; - Novo Banco, SA. e ainda deliberou conceder ao Presidente da Câmara Municipal as seguintes competências: Proceder à nomeação do Júri; Proceder à resposta a pedidos de esclarecimento; Proceder à aprovação do Relatório Preliminar do Procedimento e realização da Audiência Prévia e Proceder à aprovação da minuta do(s) contrato(s) de empréstimo.” -----

3 – LICENCIAMENTOS DIVERSOS

3.1.TOPONÍMIA – PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DO ARRUAMENTO ENTRE A ROTUNDA DE ACESSO A VALE DE MADEIROS E O CRUZAMENTO DE ACESSO À LAPA DO LOBO – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO



Reunião de 19/04/2024

---- Presente um e-mail, datado de 15 de abril de 2024, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, que a seguir se transcreve: -----

---- “Ex.mos Senhores -----

---- Na passada reunião de toponímia, na qual esta freguesia se fez representar pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia, bem como, pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia foi, com o objetivo de prestar homenagem aos antigos trabalhadores da C.P.F.E., sugerida a seguinte designação para o troço da Estrada Nacional entre a rotunda de acesso a Vale de Madeiros até ao início do IC12: -----

---- - Avenida dos Ex Trabalhadores da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos. -----

---- Foi ainda apresentada, pelo Sr. Vereador Aires dos Santos, a seguinte sugestão: -----

---- - Avenida dos Ex Operários da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos. -----

---- Uma vez que já existe um arruamento com designação similar e ouvida a opinião dos representantes dos Ex-Trabalhadores daquela empresa, em que os mesmos consideraram o termo "operários" não representativo da totalidade das categorias dos trabalhadores que dela fizeram parte, sugere-se o seguinte: -----

----- - Ao supracitado arruamento ser atribuída a designação - Avenida dos Ex Trabalhadores da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos; -----

---- - Ao arruamento já existente, com designação similar, ser reatribuída nova toponímia, sendo que nela se faça homenagem ao Grupo Desportivo e Recreativo de Canas de Senhorim.” -----

---- Neste ponto, intervieram várias vezes o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Aires Manuel Antunes dos Santos e Fernando António Pais Silvério. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a retificação da deliberação tomada na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 10 de abril de 2024, passando a constar o topónimo: “Avenida dos Ex-Trabalhadores da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos, em vez de “Avenida dos Ex-Operários da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos”. -----

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- Neste ponto interveio o Senhor Presidente e o Senhor João Manuel Gouveia Rego. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Funcionária Dr.^a Ana Isabel Almeida dos Santos, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, que secretariou a reunião, para proceder à leitura da minuta da ata da presente reunião. -----

---- Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, conforme

deliberação tomada na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 08 de agosto de 2022, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

A Dirigente Intermédia de 3.º Grau,
